

PUBLICAÇÃO
DE CARÁTER
INTERNO AO PT,
DISTRIBUÍDA ÚNICA
E EXCLUSIVAMENTE
AOS SEUS FILIADOS

EM TEMPO:

Nº 287
R\$ 2,00
ABRIL
1996

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA

JEFFERSON RUDY/FOLHAGEM



PRESIDENTE ABAITE, RANA TOBAIRA

Presidente homem mal, falso e traidor

ESTA É A TRADUÇÃO DO PROTESTO EM TUPI-GUARANI CONTRA FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, PELA ASSINATURA DO DECRETO 1775, QUE REDUZ AS ÁREAS DAS RESERVAS INDÍGENAS. NINGUÉM ESCAPA DA FÚRIA DE FHC.

PÁGINAS 3 A 7

DOSSIÊ: AS LEITURAS MARXISTAS DE DANIEL BENSARD, PÁGS. 14 A 19

NACIONAL

Fisiologismo à FHC pg. 3

Carlos Henrique Áraabe analisa as primeiras derrotas do governo Fernando Henrique Cardoso no terreno parlamentar e como ele foi capaz de recuperar a iniciativa política.

CPI derrubaria a equipe econômica pg. 4

Carlos Eduardo Carvalho discute conosco os bastidores da crise dos bancos Econômico e Nacional, das ilegalidades cometidas pelo BC no processo e porque uma CPI poderia derrubar a equipe econômica.

Libertados os Sem Terra pg. 5

Plínio Sampaio discute as lições a serem retiradas da finalmente conquistada libertação dos líderes do Movimento dos Sem Terra presos.

FHC, o exterminador do presente pg. 6

Gustavo Cotas examina as iniciativas do governo para a flexibilização das relações de trabalho e o projeto de lei enviado ao Congresso sobre o tema. Recorda o papel que a burocracia sindical pode ter neste processo.

CUT debate jornada pg. 7

Rafael Freire nos relata o debate da CUT sobre como enfrentar o desemprego. E Luis Marinho, dos Metalúrgicos do ABC, explica a proposta que estão negociando com as montadoras.

PARTIDO DOS TRABALHADORES

A tentação autoritária pg. 8

Maria da Consolação Rocha relata a recente greve dos trabalhadores da educação de Belo Horizonte e a postura repressiva, injustificada para uma administração popular, do governo municipal, encabeçado por um petista, o prefeito Patrus Ananias.

Prévia para prefeito pg. 9

Joaquim Soriano traça um quadro das prévias que o PT está realizando para escolher seus candidatos a prefeito em várias cidades do país.

INTERNACIONAL

Encontro Intercontinental contra o Neoliberalismo e pela Humanidade pgs. 10 e 11

O texto da convocatória da reunião internacional que está sendo chamada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional para julho, no México. E um breve ensaio de Michael Lowy destaca o valor histórico da luta hoje travada pelos zapatistas.

DEBATE

Os limites da modernização pgs. 12 e 13

João Machado polemiza com Juarez Guimarães sobre a capacidade do governo FHC lançar o Brasil num novo ciclo de desenvolvimento.

AS LEITURAS MARXISTAS DE DANIEL BENSARD

Os trabalhos de Hércules pgs. 14 e 15

Juarez Guimarães valoriza a leitura não determinista da obra de Marx realizada por Daniel Bensaid em seus últimos livros, destacando que esta é uma condição decisiva para se pensar a questão da democracia.

Marx, a aventura continua pgs. 16 e 17

Michael Lowy destaca a contradição básica entre positivismo e dialética que atravessa toda a obra de Marx e como a compreensão dela permite a Daniel Bensaid empreender uma leitura renovadora do projeto marxista.

Marx, sempre presente pgs. 18 e 19

Enzo Traverso mostra a atualidade da leitura crítica de Marx empreendida por Daniel Bensaid nos terrenos da concepção de história, da luta de classes e da visão de ciência, destacando sua contribuição para a convergência entre marxismo e ecologia.

FEMINISMO

Os usos do gênero pg. 20

Nalu Faria e Miriam Nobre debatem as contribuições que o conceito de gênero introduziu no feminismo, respondendo a vários problemas antigos da formulação teórica do movimento de mulheres.

CAMPANHA DE ASSINATURAS

Assine **EM TEMPO** e ganhe:

- um instrumento de análise marxista e de acompanhamento crítico dos debates do PT;

- a cada edição mensal, um texto teórico (para os assinantes de apoio)

E MAIS!

Assine ET e ganhe o último livro de Eric Hobsbawn, **A era dos extremos.**

A cada 10 assinantes será sorteado um livro; assinaturas de apoio contam em dobro.

Quero assinar o **Em Tempo** por um ano e receber em meu endereço 10 exemplares. Minha opção de pagamento é:

Apoio R\$ 40,00

Normal R\$ 20,00

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Tel: _____

Recorte ou xeroque e envie junto com um cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Áraabe Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda-São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel: (011) 665550

COM ESTA EDIÇÃO, ESTAMOS ENVIANDO AOS ASSINANTES DE APOIO O TEXTO "TESES PARA A RENOVAÇÃO DO SINDICALISMO EM PORTUGAL" DE **BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS.**

EM TEMPO:

Uma publicação da Tendência Democracia Socialista

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Áraabe, Elisabete Burigo, Helena Bonumá, Hugo Manso, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilaine Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTb 18.663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa Leite (edição), Caco Bisol (capa), Nelson Joia (editoração) e Carlos Henrique Áraabe. Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo/SP CEP 01151-000 / Fone (011) 66.5550
Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 s/04 Bomfim - CEP 90120 - Fone (051) 227.4642

Fisiologismo à FHC

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

A conjuntura segue confirmando a larga margem de manobra do neoliberalismo "brasileiro", mas vem ajudando a desvendar seu projeto político.

O governo FHC sofreu duas derrotas parlamentares em pontos importantes, com a rejeição de seu projeto original de modificação da previdência (que tinha sido objeto de tantas negociações com Vicentinho e a maioria da direção da CUT) e com a aprovação da criação de uma CPI para investigar a quebra dos bancos Nacional e Econômico.

Mas estas dificuldades do governo não foram seguidas de um avanço opositorista, mas sim de uma reviravolta, com o executivo conseguindo arquivar a CPI dos bancos e aprovar um novo projeto que começa a liquidar a previdência pública no Brasil.

A arma da "vitória" foi o recurso ao mais descarado fisiologismo por parte do governo. A negociação do "preço" dos votos pode ser acompanhada pelas manchetes de todos os jornais. Ela foi até mesmo justificada em editoriais da grande imprensa como mal menor. Nas palavras do governador do Ceará, Tarso Jereissati, um tributo necessário para "modernizar" o país frente a um sistema político atrasado. À luz do dia comprou-se votos via modificações no orçamento que favoreciam interesses locais de parlamentares, federalização de dívidas municipais e estaduais, manutenção dos privilégios dos deputados e senadores e repartição de cargos públicos.

A melhor imagem desta situação foi o abraço de Fernando Henrique em Paulo Maluf (que custou ao orçamento federal quase quatro bilhões de dólares), selando a aliança política e de negócios de toda a direita.

A capacidade do governo de empurrar seus problemas para a frente e de evitar crises maiores decorre da forte mudança na correlação de forças pós-94, com a derrota do PT e com a vitória, não só de um projeto econômico neoliberal, mas de uma direção política consistente (nesse sentido, diferente de Collor) e profundamente internacionalizada.

Sua consistência aparece na capacidade de subordinar e anexar as oposições e dissensões limitadas, no interior das classes dominantes. E de neutralizar e até tentar cooptar dentro das forças antagônicas (como em relação à maioria da direção nacional da CUT e a setores moderados do PT), confrontando quando preciso (como na repressão à greve dos petroleiros e aos sem terra).

Práticas políticas

Boa parte das avaliações de esquerda ressaltam o caráter econômico do neoliberalismo. Este caráter é claro, implicando em um programa definido, ainda que diferente nos ritmos e nos resultados concretos de país para país. Mas como avaliar o projeto político neoliberal no Brasil, as alterações em curso nas formas de dominação burguesas?

Há alguns elementos que ganham todo o sentido na prática do governo FHC e na ação articulada da classe dominante brasileira.

O primeiro é a radical subordinação da política ao mercado, e fundamentalmente ao mercado mundial, aos interesses imediatos das grandes corporações multinacionais e do capital financeiro internacional. Nenhuma



FHC RECEBE A JUVENTUDE MALUFISTA

ma decisão política importante é tomada sem antes saber se o "mercado" reagirá favoravelmente ou não. É claro que só se toma a decisão que o "mercado" deseja. Assim a idéia de autonomia nacional é totalmente descartada. Com isso, não há mais lugar para um projeto de desenvolvimento nacional.

O segundo é a busca do *continuismo*, de um regime político de duração indeterminada e sem oponentes efetivos. Em um dos seus ensaios sobre o neoliberalismo Perry Anderson destaca a capacidade de aniquilação de alternativas, através de vários meios ("democráticos", legais, ou não), que o neoliberalismo detém. Para um programa absoluto de longo prazo, uma estabilidade política absoluta de longo prazo. No Brasil, não há disfarce para este empenho - a reeleição é um objetivo declarado do governo. A tarefa de desmontar um desenvolvimento nacional de 50 anos exige mais de um mandato e a permanência de uma direção política confiável ao grande capital.

O terceiro aspecto é a intensificação da *separação entre instâncias de representação do Estado (parlamento) e a gestão dos negócios e da economia*. Se esta sempre foi uma característica da democracia burguesa, na sua "etapa" neoliberal ela é radicalizada. Assim, para os neoliberais não faz sentido estabelecer qualquer tipo de controle e fiscalização, ainda que limitado, sobre temas como sistema financeiro. A privatização do Estado avança ainda mais, usando como pretexto a sua redução. O que o governo FHC aponta é para uma nova e mais forte onda de corrupção e grandes golpes financeiros, algo que poderá fazer de Collor e PC pequenos infratores.

O aspecto final que se destaca dos episódios recentes como marca da "modernidade" construída por FHC é a utilização dos mecanismos de dominação mais tradicionais das oligarquias brasileiras para a aprovação das suas iniciativas. Esta prática pode implicar num grande desgaste político do governo. O aproveitamento desta nova situação, no entanto, depende, em boa medida, da capacidade da esquerda, e antes de tudo do PT e da CUT, contruírem uma oposição intransigente e atuante na defesa dos interesses da maioria da população. □

A capacidade do governo de empurrar seus problemas para a frente e de evitar crises maiores decorre da mudança na correlação de forças pós-94, com a vitória de uma direção política consistente e profundamente internacionalizada.

CPI derrubaria a equipe econômica

ENTREVISTA COM CARLOS EDUARDO CARVALHO

Por que a preocupação do governo em evitar a criação de uma CPI dos bancos?

Eles não querem que venha a tona a forma como o Banco Central (BC) agiu no caso do Econômico e do Nacional. Isso pode levar à demissão do Malan, que era presidente do BC boa parte deste período. E eles tem medo de algo mais comprometedor, que uma CPI decida que funcionários do BC e dos bancos envolvidos deponham; aí podem vir à tona negócios escusos e coisas imprevisíveis. Que existe um vínculo político entre o grupo do Fernando Henrique e os bancos, com financiamentos de campanha, é evidente. Que o BC acobertou as dificuldades dos dois bancos, todo mundo sabe. Mas se isso for comprovado e exposto ao público, pode levar à demissão da equipe econômica.

A CPI foi convocada em cima de uma questão que não era a central, saber se o BC errou ou não na intervenção. O BC pode errar. Mas mesmo com erros de fiscalização, o BC tinha elementos para saber que estes bancos estavam em crise. O injustificável é que mesmo sabendo da situação destes bancos, o BC colocou quantias enormes de dinheiro neles. Quando o Econômico e o Nacional começaram a apresentar dificuldades crescente, o BC começou a financiá-los, mas passando totalmente dos limites legais, pondo dinheiro e mais dinheiro.

Além disso, o BC utilizou-se do BB e da CEF para fazer isso, o que é ilegal. O BC não tem mandato para fazer o BB operar em seu nome; depois, estes créditos dos bancos federais ao Econômico e ao Nacional foram muito acima do que a lei lhes permite. Nenhum banco pode emprestar a um único cliente mais de 30% de seu próprio patrimônio líquido.

Como se deu a ação do BC?

O rombo destes bancos era financiado cotidianamente no interbancário por outros bancos. Na medida em que o governo colocava dinheiro do BC, do BB e da CEF, ia permitindo que os outros bancos e grandes aplicadores saíssem do risco, retirando seu dinheiro. O que terminou acontecendo é que o prejuízo ficou todo nas costas do BC e não foi dividido com o conjunto dos bancos e dos grandes aplicadores. Quando eles faliram não havia mais nenhum banco ou grande aplicador com dinheiro lá. O tesouro vai ficar com um rombo enorme; R\$ 5,9 bilhões do Nacional e R\$ 3 ou 3,5 bilhões do Econômico. Este dinheiro é perda total. O BC não cobrou nada de quem fugiu.

Se o BC tivesse feito a intervenção um ano atrás, o custo seria menor. Vários outros bancos teriam ficado pendurados no Econômico e no Nacional. O BC os ajudaria, mas em troca de participação em seu controle ou alguma outra contrapartida; o BC teria condições de

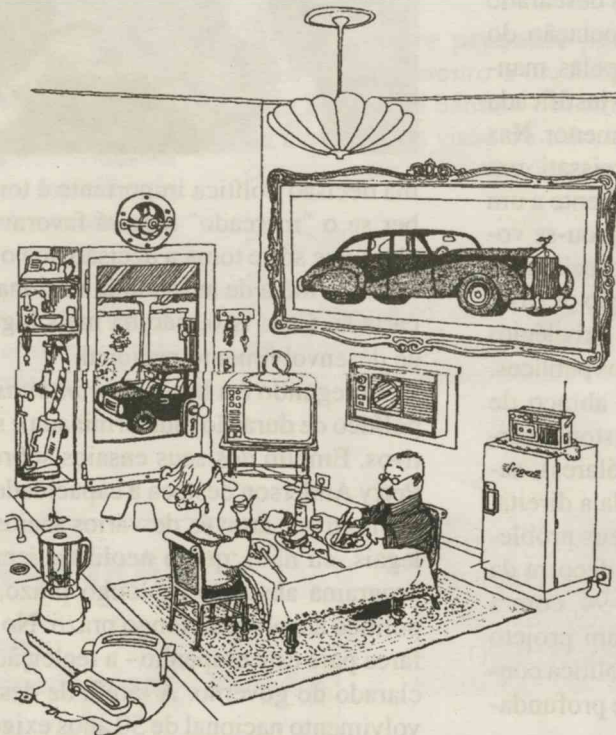
dividir os prejuízos com eles.

O escândalo do Proer não é que o BC dê 5,9 bilhões a um banco que quebrou; o escândalo é que o BC já tinha dado 5,9 bilhões ao Nacional antes dele quebrar. O Proer foi criado apenas para legalizar este dinheiro.

Qual é o contexto em que se dá a quebra do Econômico e do Nacional?

O pano de fundo da crise bancária está ligado ao rearranjo do próprio setor. É uma crise decorrente da concorrência, onde os setores mais fracos quebram e os mais fortes se expandem.

O mercado bancário no Brasil vem se alterando profundamente e segmentando-se muito. O Bradesco se impôs enquanto banco de varejo, com um enorme domínio da tecnologia e um atendimento de varejo massivo extremamente difícil de ser enfrentado.



Vários bancos médios, da faixa do Safra, BCN, Bandeirantes, desistiram de cobrar títulos; eles passam os títulos de seus clientes para o Bradesco cobrar. São bancos que estão pondo o cliente pequeno para fora da agência. Estes bancos ganham dinheiro em operações de grande porte. É uma segmentação normal do mercado capitalista.

Mas temos uma faixa de bancos que continuou disputando este mercado de varejo com o Bradesco: o Bamerindus, o Nacional, o Econômico, o Real, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal. O Bamerindus, o Econômico e o Nacional foram os três que mais sofreram com esta opção, porque foram para uma disputa em que eles tinham menor qualificação tecnológica, rede de agências, volume de capital, experiência, tradição na área. Foi dando para levar enquanto ainda se tinha inflação e crescimento.

Com o fim da inflação, a concorrência se tornou muito mais difícil. Eles resolveram recuperar o terreno no crédito e começaram a

emprestar. Nessa atitude de emprestar a todo o vapor, mais uma vez as condições de concorrência pesam. Um banco como Bradesco pode oferecer dinheiro mais barato. Você vai distribuindo os clientes, os piores ficam para os bancos mais frágeis.

De fevereiro a abril de 1995, o governo brasileiro impôs uma série de restrições ao crédito bancário para poder frear a economia. Os bancos todos cortaram o crédito de uma só vez e a economia ficou num buraco recessivo. Os mais fracos pararam de pagar. A bomba estorou em cima dos setores mais frágeis do sistema bancário.

Bancos que já vinham com problemas anteriormente, como é o caso do Econômico, do Nacional e do Bamerindus, eram os bancos mais fragilizados e os que mais dependiam do crédito.

Não quero minimizar o potencial de crise da situação, mas não podemos fazer eco à tese catastrofista que o governo está usando, de que há a ameaça de uma quebra generalizada dos bancos e fuga em massa do sistema, como a que a Venezuela e o México viverem (e o México continua vivendo). Enquanto o Econômico e o Nacional estavam em crise, o Bradesco não sabia o que fazer com tanto dinheiro. O Citibank cogitou parar de captar recursos, recusar a abertura de novas contas, tal o montante de dinheiro que entrava.

Como está a situação do Bamerindus?

Não dá para saber. Não temos informação clara sobre isso. O que se diz é que ele não melhorou muito de situação. No final do ano passado, muita gente dizia que o governo iria intervir no Bamerindus antes do Nacional. A intervenção foi feita antes no Nacional porque o Bamerindus é muito grande (uma vez e meia maior que o Nacional) e porque não daria para fazer com a família Andrade Vieira o que foi feito com a família Magalhães Pinto, pela sua capacidade de articulação e reação política. Todo mundo fala do Bamerindus e ele continua funcionando normalmente. É o sinal mais claro de que não existe esta crise propalada pelo governo.

Que lições tirar deste episódio?

Além de tentar criar a CPI dos bancos, que é muito importante, a esquerda deve tentar aprovar uma legislação que aumente a capacidade da sociedade controlar o BC e o sistema financeiro. Hoje, esta capacidade é muito pequena. Há um projeto de lei da Confederação Nacional dos Bancários e apresentado pelo Dep. Fortunati, que aumenta a independência do BC frente aos banqueiros e ao executivo e permite que o legislativo acompanhe mais de perto o que se passa nesta área. □

Carlos Eduardo Carvalho é economista e assessor da Confederação Nacional dos Bancários.

Libertados os Sem Terra

PLINIO SAMPAIO

A revogação da prisão dos líderes do Movimento Sem Terra, pelo STJ, levanta duas questões que precisam ser examinadas com cuidado.

A primeira refere-se à posição do poder judiciário no quadro político atual. Não há dúvida de que a prisão desses líderes foi o resultado de um conluio - explícito ou implícito, pouco importa - entre as autoridades locais e a classe dominante, com o beneplácito do Tribunal de Justiça de São Paulo. Tratava-se de "dar uma lição" na "cambada de pé rapados" que estavam desafiando a dominação dos grandes fazendeiros - estes sim, invasores de terras do Estado naquela região. Essa atitude do judiciário dava a impressão de que se estava diante de uma corporação monoliticamente contrária à reforma agrária.

A decisão unânime do STJ e o teor dos votos de alguns dos Ministros exige uma revisão dessa análise demasiadamente simplista. Não há monolitismo. Essa constatação é de suma importância porque abre um campo de trabalho que está sendo descuidado pelas forças populares: o campo de elaboração doutrinária do novo direito que surge da Constituição de 1988. As lideranças populares precisam fazer urgentemente um chamado aos profissionais do direito e aos juristas sensíveis à causa democrática para que se dê início a um trabalho sistemático de elaboração doutrinária, a fim de habilitar os juizes sérios e democratas - que felizmente existem e em bom número - a fundamentar sentenças ajustadas à justiça e à realidade sócio-econômica do país.

A segunda questão diz respeito à tática de luta política nesta fase de contra-ofensiva da direita. Essa contra-ofensiva está colocando as forças populares em uma situação semelhante ao período ditatorial. Naquela época a dominação tirânica das classes privilegiadas era assegurada mediante o emprego da violência física dos aparatos de segurança do estado militar. Hoje, o círculo de ferro - executivo/maioria parlamentar governista/mídia/

legislação vigente e judiciário - assegura, de um modo sorridente (nem sempre), essa mesma dominação.

Trata-se de uma dominação tirânica, no sentido de que não deixa, aos que estão tendo seus direitos mais elementares prejudicados, outro espaço que o do espremeio (até certos limites). Não difere pois em substância da dominação dos tempos da ditadura. É a mesma gente de sempre. Caras novas somente a dos transfugas que trocaram seus tempos de prisão e de exílio pela função inglória de novos "executivos" da burguesia.

A luta contra a ditadura tornou-se eficaz na hora em que as forças democráticas conseguiram unir ação política convencional (no parlamento e nos partidos) com pressão de massas no limite da institucionalidade. Essa pressão desnudava a contradição entre a lei (iníqua) e a justiça, empurrando os limites da institucionalidade injusta para além da norma escrita e do desejo dos dominantes. Esta é a tática que o Movimento Sem Terra está apontando para os partidos do campo popular. Se ficarem só no Congresso e nas eleições, terão de estar sempre defendendo-se das ironias da imprensa a respeito da vexatória inexistência de oposição ao governo.

A justiça manda que se faça menção a algumas pessoas que têm parte importante nessa vitória dos trabalhadores: Luiz Eduardo Greenhalgh, Aton Fon Filho, Michael Mary Nolan e Jovelino Strozake. Sem a permanente disponibilidade desses advogados (advogados no sentido pleno da palavra) a histórica sentença do STJ não teria sido possível. □

Artigo originalmente publicado no boletim fax **Agenda e contextos**, 14 de março de 1996. Contatos pelo fax (011) 573-7471.



SEBASTIÃO SALGADO

A pressão de massas desnuda a contradição entre a lei (iníqua) e a justiça, empurrando os limites da institucionalidade injusta para além da norma escrita e do desejo dos dominantes.

As ausências da CUT

Faltaram votos ao governo na Câmara de Deputados para aprovar o relatório Euler Ribeiro que iniciaria a reforma neoliberal da previdência social. Nos mesmos dias, no Senado, foram conseguidas as assinaturas necessárias para instalar uma CPI sobre os escândalos no sistema bancário (ver págs. 3 e 4).

Foram, as mais fortes derrotas sofridas pelo governo FHC no Congresso Nacional. Deserções na base de sustentação do governo explicam o que aconteceu no plenário da Câmara. No entanto, o governo mostrou que se sua articulação política no Congresso estava fragilizada, precisa de pouco para mudar o rumo dos debates políticos nesse espaço. Em poucos dias tudo tinha novamente se alterado.

O governo partiu para o mais deslavado fisiologismo - como não se via desde o governo Sarney. Os votos dos deputados do PPB e do PMDB que não acompanhavam a polí-

tica do governo, foram comprados com empréstimos públicos aos seus Estados de origem, cargos na administração federal e empresas estatais foram entregues a seus apadrinhados políticos.

O resultado foi o esperado: na segunda vez, o relatório de Michel Temer foi aprovado com folga. Nesta "parte II" já não teve encenação de negociação com a sociedade civil.

Na véspera da votação do relatório do Euler, a CUT rompeu com o mesmo, questionando seu conteúdo. Chegou a fazer atos de rua contra sua aprovação. Quando se perfilou o conteúdo do relatório de Michel Temer, a Central se omitiu.

Michel Temer manteve o ponto básico de Euler: a substituição da aposentadoria por "tempo de serviço" pela aposentadoria por "tempo de contribuição". Ataca direitos na aposentadoria dos funcionários públicos,

estabelecendo idade mínima, por exemplo. Paralelamente coloca em risco os fundos de pensão das empresas estatais. E mantém as aposentadorias privilegiadas do Legislativo e Judiciário.

Apesar que seu conteúdo ser pior, e os métodos os mais truculentos, no dia da votação não se viu atividade política alguma por parte da CUT. Foi como se a Central, depois dos traumáticos efeitos de sua intervenção na fase de "negociação" da reforma da previdência, estivesse ignorando que esse continua a ser um dos pontos de maior impacto sobre os trabalhadores na agenda política.

E que, em consequência, deve ser prioridade central a mobilização e a denúncia contra os deputados que votam contra o povo de forma continuar a pressão sobre o Congresso para inviabilizar a reforma neoliberal. □

José Corrêa

FHC, o exterminador do presente

GUSTAVO CODAS

O desemprego e diversas modalidades de contrato precário ou informal de trabalho aumentaram no período recente.

São resultado da dupla pressão que a economia brasileira sofre sob o Plano Real. Por um lado, a política de contensão da economia tem levado à retração de diversos setores. Caem os negócios, cortam-se empregos.

Por outro, as empresas estão se ajustando a um cenário onde o dólar barato e os baixos impostos de importação fazem que produtos estrangeiros cheguem ao mercado brasileiro com preços menores que os nacionais. Esta opção da política econômica é escamoteada pela discussão do "custo Brasil".

Quando as empresas não conseguem competir, demitem. Mas se conseguem se "ajustar" para enfrentar o mercado aberto às importações o fazem, em geral, cortando emprego, intensificando o ritmo de trabalho dos que não ficaram desempregados, estendendo a jornada real através das horas extras e precarizando as condições de contratação.

Essa precarização hoje se dá através de diversas formas: terceirização, trabalho "sem carteira assinada", contratos temporários, trabalho a tempo parcial, trabalho a domicílio, cooperativas "fantas-

mas" de mão-de-obra, trabalho de crianças e trabalho semi-escravo.

Como reflexo desse quadro pela primeira vez os trabalhadores "sem carteira assinada" já são mais da metade do total da força de trabalho.

O governo FHC discute uma proposta que visa consolidar esse rumo (*ver quadro*). Para dar traços de legitimidade a proposta foi primeiramente lançada pela Força Sindical, em uma negociação dos Metalúrgicos de SP. Seu centro é a ampliação da figura do trabalho temporário, hoje restrita pela legislação a três meses e aplicável só em algumas circunstâncias.

A política, se aprovada, pode ter um impacto devastador sobre o mercado de trabalho. Estimulará às empresas a substituir empregos bons por empregos ruins. E tudo isso regado a dinheiro público, já que se estabelece que empresa que aderir ao programa terá preferência junto aos bancos estatais.

A proposta vem acompanhada da flexibilização da jornada (sem redução da mesma), ampliando a jornada semanal quando há demanda e reduzindo-a quando caem os negócios (o que permitiria até limitar as horas extras, cobertas pela própria flexibilização). Podendo aproveitar melhor a mão de obra, as empresas terão condições de demitir mais trabalhadores.

Em suma, um projeto na trilha do aumento do desemprego e da precarização do mercado de trabalho.

Aconchego neoliberal

É do senso comum achar que o neoliberalismo quer acabar com o sindicalismo em geral. Não foi o que aconteceu no México e na Argentina. Seus governos neoliberais mantiveram as vantagens para os burocratas encastelados nas estruturas sindicais oficiais em troca de sua aceitação da flexibilização completa dos contratos de trabalho com o qual se desregulamentou o mercado de trabalho.

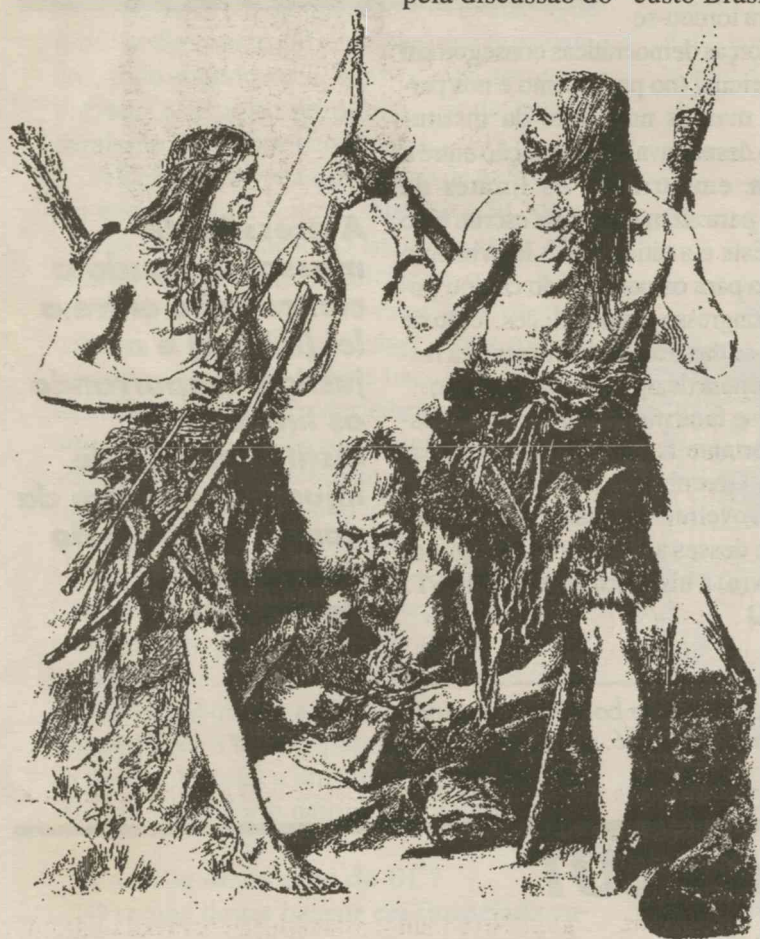
Os dirigentes sindicais, tão preocupados com seu próprio futuro, reciclam seus papéis. O projeto FHC/Paiva acena com isso. Ao invés de eliminar a participação do sindicato (como indicaria o "bom senso neoliberal") lhe dá um lugar no assalto aos direitos trabalhistas, ao amparo do desespero que cria entre os trabalhadores o desemprego crescente.

Não é por acaso que através de uma Portaria, o Ministério do Trabalho orientou seus fiscais a não multar empresas que descumprem a legislação em virtude de acordos assinados com os sindicatos.

Então, os neoliberais não precisariam acabar com a "unicidade sindical" já que além de produzir cada vez mais dirigentes sindicais burocratizados (quando não corruptos) em nada atrapalharia a desregulamentação do mercado de trabalho.

Se a CUT não se curvar ao papel de avalizador da desregulamentação do mercado de trabalho, o cenário seria outro: os neoliberais buscariam retomar suas propostas de identificar liberdade sindical à ausência de garantias para a organização e ação sindical.

Se a CUT ainda tiver (como parece ter) energias para lutar contra o neoliberalismo de forma combinada com a luta contra a tradição burocratizadora e corruptora do sindicalismo oficial, os esforços desses anos todos não terá sido em vão. □



O projeto de FHC / Paiva

Cria o contrato de trabalho temporário com prazo de até 2 anos e sem restrições para seu uso pelas empresas em quaisquer circunstâncias. Os temporários não podem ultrapassar a 20% o quadro de pessoal da empresa.

O patrão estará dispensado de pagar a multa de 40% do FGTS e do aviso prévio no caso da dispensa do trabalhador temporário

As contribuições sociais - pagas sobre os salários dos trabalhadores temporários - destinadas ao Sesi, Senai, Sebrae, Incra, salário-educação e segu-

ro de acidente do trabalho, ficam reduzidas a 10% do seu valor atual.

Permite ao patrão dispor a flexibilização da jornada de trabalho de todos seus empregados (temporários ou permanentes), desde que as horas "normais" não ultrapassem as 10 h. diárias. Ou seja, admite jornadas "normais" (sem pagamento de horas extras) de até 60 h. semanais. Esse "excesso" deve ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia durante o ano.

Limita o uso de horas extras durante o ano.

Gustavo Codas é assessor da Exec. Nac. da CUT.

CUT debate jornada

RAFAEL FREIRE

Não voltará a haver pleno emprego. Também há cada vez menos capacidade da seguridade dar cobertura aos desempregados. Este é o quadro internacional e nacional.

Nesse marco, a CUT abriu um debate sobre estratégia. Há consenso na centralidade de dois eixos: a redução da jornada (sem redução de salários e combatendo às horas extras) e a Reforma Agrária com uma política de apoio à pequena produção no campo.

Em relação ao primeiro o debate se centrou sobre a proposta de vincular a redução da jornada com a sua flexibilização. A proposta, surgiu nos Metalúrgicos do ABC, para quebrar resistências patronais à diminuição da jornada. E reduzir a jornada tem um sentido estratégico.

O problema está em que a flexibilização permite à empresa aproveitar melhor o tempo que o trabalhador está a sua disposição. O faz trabalhar mais quando há procura dos seus produtos/serviços, e menos quando ela cai. Diminuem os "tempos mortos", pagos em salário mas não aproveitados efetivamente na produção. Neste caso seu efeito seria parecido ao das horas extras: abriria as portas para mais demissões. Assim, os Metalúrgicos de Campinas tenham rejeitado a proposta.

Já o ABC considera que se vier acompanhada da redução da jornada, a flexibilização aponta no sentido da garantia de emprego. Vem sendo experimentada, desde começo deste ano em montadoras de SBC. De qualquer maneira, agora, frente as experiências em curso haverá que se avaliar seus resultados concretos.

O problema chave é se essa proposta interessa aos trabalhadores em todos setores que a Central representa (em empresas muito menos concentrados, com ciclos de aumento/descenso de atividade diferenciados, sem organização no local de trabalho etc.). E se deve ou não ser uma política geral da CUT.

O outro aspecto a aprofundar é qual reivindicação

em relação à jornada de trabalho máxima que deve constar na lei. Para uma política nacional esta também é uma questão chave. A reivindicação "pendente" desde 1985 (quando a jornada era de 48 h semanais) são as 40 h semanais. Hoje não modificaria a situação de importantes parcelas de trabalhadores na indústria e nos serviços (sem incluir o comércio que sofre as maiores jornadas).

Por exemplo, em 1995 a metade dos trabalhadores da indústria da Grande Porto Alegre tinha jornadas de até 40 h semanais. A média para o conjunto dos trabalhadores era de 43 h. No setor de serviços esses dados eram de 40 h e 41 h.

Outro tema chave é o das horas extras. Os patrões tem compensado as reduções de jornada de trabalho com o uso abusivo de horas extras - uma forma mais frequente, não regulada nem negociada de aumento e flexibilização da jornada de trabalho. A postura de centrar fogo na reivindicação do aumento do adicional pago por horas extras acaba servindo a esta estratégia patronal.

Como articular estas bandeiras com o combate à política do governo? O principal problema colocado é se a Central é capaz, ou não, de ser um polo aglutinador dos setores populares, para se opor às reformas neoliberais e para mudar a agenda de prioridades do país. O combate ao desemprego oferece uma boa oportunidade à CUT de encabeçar a indignação popular. □

Rafael Freire é membro da Executiva Nacional da CUT.



A proposta do ABC

Com a aprovação dos trabalhadores das montadoras e das Comissões de Fábrica das mesmas, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC iniciou a negociação, em final de 1995, da redução da jornada (de 44 para 42 ou 40 h.) junto com a sua flexibilização. Reproduzimos a opinião de Luis Marinho, atual vice-presidente da entidade e indicado para presidir a próxima gestão. A entrevista foi feita, por escrito, em dezembro de 1995, para o boletim Informativo Sindical da Alternativa Sindical Socialista/CUT.

Quais foram as razões que levaram o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC a propor às montadoras os acordos de redução da jornada com flexibilização negociada?

Trata-se da contrapartida que os sindicatos, em todo o mundo, têm oferecido à reestruturação produtiva, responsável pela eliminação de milhares de postos de trabalho e pelo

desemprego em massa. O Brasil está inserido neste quadro. Aqui no ABC, o forte incremento da produtividade verificada nas montadoras nos últimos anos é a principal razão para propormos a redução com flexibilização. Notem: em 1989 as montadoras produziam 8 veículos por trabalhador/ano. Hoje produzem 15 veículos. Nas autopeças, cada trabalhador gerava 38 mil dólares por ano. Hoje gera 64 mil dólares/ano.

Esses acordos garantem a manutenção do nível de emprego nessas empresas? Como?

Garantem. Por uma razão óbvia. Reduzem a jornada de trabalho/ano. No período de 44 horas semanais cada trabalhador gasta 2.016h por ano em média, já computadas as férias e sem hora extra. No período de 42 horas semanais, cada trabalhador gasta 1.925 horas anuais, em média, e em 40 horas semanais cai para 1.833h. Portanto, a redução, por si só, deveria elevar o nível de emprego, mas o forte incremento da produtividade faz com que se anule esta vanta-

gem. No entanto, esta redução para baixo de 44 horas semanais, com flexibilidade, força as empresas a não demitir para manter a produção.

Ao se assinar um acordo com jornada semanal flexível (não fixa), não se está desregulamentando a lei? Se isso é verdadeiro, esse "precedente" não estaria prejudicando outras categorias que dependem de regulamentação na lei?

Não. Isto é uma bobagem. O sindicato está negociado limites mínimos e máximos para a jornada semanal. A atual legislação já permite enorme flexibilidade da jornada, através do elevado número de horas extras, que muitas vezes chegam a 25% da jornada normal. Contudo, o sindicato está flexibilizando dentro dos parâmetros desta legislação. Além disto, o sindicato está propondo um limite (corte) de horas extras permitida por trabalhador, apenas 5% de horas extraordinárias sobre o total da jornada anualmente realizada.

A tentação autoritária

MARIA DA CONSOLAÇÃO ROCHA

Na atual greve houve uma escalada no grau de confrontação desencadeado pela administração do prefeito Patrus Ananias contra os trabalhadores da educação.

Os trabalhadores da educação de Belo Horizonte sustentaram uma greve de 43 dias, exigindo da administração da Frente BH Popular o cumprimento do acordo coletivo, que desde 1994 estabeleceu o gatilho salarial de 15% de acordo com ICV do DIEESE.

Em oposição ao que seria de se esperar de uma administração petista, as relações do funcionalismo com o governo municipal nunca foram fáceis. O atual acordo com o setor da educação foi conquistado depois de duas duras e longas greves, a primeira em 1993, de 36 dias, e a segunda em 1994, de 35 dias. Na atual greve, porém, houve uma escalada no grau de confrontação desencadeado pela administração do prefeito Patrus Ananias contra os setores mobilizados.

Incapacidade de dialogar

Já em setembro de 1995 o gatilho deveria ter sido pago pelo ICV-DIEESE, mas não foi disparado sob a alegação que o índice deveria ser o INPC. Em janeiro de 1996 o INPC acumulou mais de 15% de inflação, porém o prefeito descumpriu solenemente o acordo, alegando problemas de caixa e transferindo para maio (data-base da categoria) a discussão sobre pagar ou não o gatilho e os reajustes devidos pelo período de maio de 1995 a maio de 1996. Tudo isso foi feito sem nenhuma discussão com o sindicato.

Numa atitude que afronta os princípios do PT - mas que tem sido recorrente na prática da prefeitura de BH - a negociação foi substituída pelo confronto. Em nenhum momento o governo apresentou documentação que comprovasse a falta de recursos. O prefeito se negou a receber os representantes da categoria, da CUT e mais de 30 sindicatos, que tentaram mediar a relação do sindicato com o governo. Os comunicados oficiais do executivo ocuparam horários nobres da televisão falando de negociações que não existi-

ram e ameaçando a categoria. Como retaliação ao movimento, a administração antecipou o corte do pagamento no primeiro mês de greve, adulterando o ponto de presença que é apurado no mês anterior, o que obrigou o governo a lançar a falta no mês de janeiro, que é recesso escolar!

Manipulação

A comissão de negociação do governo, composta por Fernando Cabral, Luiz Dulci (ex-presidentes do Sind-UTE), Paulo Moura e Maurício Borges, não aceitava a presença de qualquer entidade da sociedade civil na mesa de negociação. Enquanto isso, o prefeito se juntou a uma "federação de pais", cuja presidenta nunca teve filhos na escola pública, e a dois candidatas a

vereador de partidos de direita (que se apresentavam como representantes dos pais).

Depois de duas semanas de greve, o Comando da categoria passou a articular pais, mães e alunos/as, representantes legítimos de suas comunidades escolares e a CUT para também estarem presentes à mesa de negociação, o que levou o prefeito a romper com a comissão de negociação dos grevistas, tentando arrogar-se o monopólio numa disputa da opinião pública, que ele mesmo deflagrou.

O prefeito Patrus Ananias recebeu uma comissão formada por pais/mães e vereadores/as, e publicamente fingia negociar com eles em nome do povo de Belo Horizonte e se negava a receber qualquer diretor/a do Sind-UTE e da CUT, desconheceu os representantes da categoria.

Assim, a política do prefeito foi de desmoralizar o comando de greve e o Sind-UTE, num ataque aberto a organização sindical.

Durante toda a greve, a prefeitura de BH não apresentou nenhuma contraproposta para a categoria, nem mesmo para a CUT de Minas que até o último momento, junto com os sindicatos filiados, tentou abrir negociações com o governo. Isso levou a que ela terminasse rompendo publicamente com o governo cuja candidatura apoiou em 1992. Na sua carta à população elenca três motivos: a falta de transparência, a negativa às negociações e a repressão desencadeada sobre os movimentos sindicais e populares.

Por que a truculência?

Como se explica este tipo de atuação em uma administração petista? O que deve fazer nosso partido nos momentos de conflito?

Um primeiro aspecto é a relação desigual com o partido. Nos quatro anos de administração popular em Belo Horizonte, nos momentos críticos, a/os militantes do movimento social estiveram presentes no partido e foram mais pressionados a terem responsabilidade na condução de sua prática política. Porém o mesmo não ocorre com os/as militantes que estão na administração, que são vistos como o retrato do nosso partido na cidade, mas que o ignoram solenemente. Patrus e sua equipe adotam uma postura imperial e um descaso pelo partido como espaço estratégico de ação política. A prepotência e a arrogância face ao movimento é apenas a outra face desta mesma moeda.

Outro é a postura acrítica face ao aparelho de Estado e a reprodução da concepção dominante sobre o funcionalismo público, considerando que são todos marajás! Nenhuma política efetiva é construída para alterar a relação com o funcionalismo e democratizar as relações trabalhistas no setor público, para por fim aos privilégios.

Discutir qual o Estado que queremos, e consequentemente, qual funcionalismo queremos, qual controle público sobre a máquina estatal, é fundamental para construirmos relações novas no serviço público. É fundamental para enfrentarmos a ofensiva neoliberal e reconstruirmos as condições de disputa de hegemonia na sociedade. E é fundamental para construirmos uma nova sociedade. Esta é uma discussão da qual o PT como partido não pode continuar se furtando. □

Maria da Consolação Rocha é membra da executiva Nacional da CUT e diretora do Sind-UTE/MG.



MAX ERNST

Prévia para prefeito

JOAQUIM SORIANO

Na origem do PT está a marca da diferença. Queríamos um partido *alternativo* aos existentes. Lutamos muitos anos por um modo de fazer política distinto do tradicional. Hoje o PT corre um sério risco de igualar-se aos partidos eleitorais convencionais. Pior: dirigentes do PT, por vezes, no intuito de defendê-lo, argumentam pela semelhança com os demais, como por exemplo: "O PT não é o único partido a ter brigas internas".

As disputas são especialmente acirradas nas cidades já administradas pelo PT, em alguns casos envolvendo os antigos mandatários. Em Diadema (SP), a mais antiga cidade administrada pelo PT, a disputa selvagem se repete. Com a prévia marcada para o dia 24/04, sendo o processo monitorado por uma comissão do Diretório Nacional, o ex-prefeito (88-92), atual deputado federal e presidente do Diretório Municipal, José Augusto, coloca todo tipo de impedimento para se ter um processo democrático e transparente na disputa.

Também são acompanhadas pelo DN, as cidades de Ipatinga, Santos e Goiânia. Nesta última venceu a prévia do dia 03/03 o candidato apoiado pelo prefeito Darci Acorsi, o médico e deputado estadual Valdir Camarcio, contra o deputado federal Pedro Wilson. A tensão em Goiânia se dá pela noticiada aproximação do prefeito do PT com o PMDB do Senador Iris Resende e do Governador de Goiás, Maguito Vilela.

Os petistas de Santos (SP) vão escolher no dia 21 de abril entre a Secretária Nacional de Assuntos Institucionais, deputada federal e ex-prefeita (88-92), Telma de Souza e a vereadora Suely Maia, apoiada pelo atual prefeito David Capistrano. Em Ipatinga (MG), disputam o atual deputado federal e ex-prefeito, Chico Ferramenta contra Lene Teixeira, membro do DN. Os apoiadores de Lene realizaram muitas novas filiações. Hoje cerca de 20% dos eleitores de Ipatinga são filiados ao PT. Como Chico tem a preferência da enorme maioria do eleitorado, é bem possível que os apoiadores de Lene tenham filiado eleitores do Chico...

Capitais

Em Salvador (BA) o deputado estadual Nelson Pelegrino é o candidato do PT. Fez mais de 70% dos votos. Seu adversário era o deputado federal Jaques Wagner. Pela frente o PT de Salvador tem a tarefa de unificar o campo popular para derrotar ACM e FHC.

Em São Paulo a candidata do PT será Luiza Erundina. A ex-prefeita obteve 5.131 votos (57,89%), contra 3.387 votos dados a Aloízio Mercadante (38,21%) e 346 votos para Teresa Lajolo (3,9%). Os votos válidos somam 8.864. De um total de 10.009 votantes, 590 votos estão subjuíce por serem de não-filiados e 335 de um diretório que admitiu o voto de não-filiados.

No Rio de Janeiro, as candidaturas do vereador Chico Alencar e do deputado estadual Marcelo Dias não empolgaram o partido. Pouco mais de 1000 eleitores, muito aquém do quórum de 20% dos filiados, participaram da prévia. O Encontro Municipal decidirá a candidatura e a tática eleitoral. É possível que outras candidaturas surjam para a disputa. O nome da Senadora Bené sempre é lembrado e fala-se do companheiro Milton Temer, deputado federal. Continua a rondar o PT do Rio

o fantasma da coligação com o PDT, que tem como candidato o deputado federal Miro Teixeira. Assim as chances de aliança se aproximam de zero.

Em Recife (PE) no dia 14/04, a decisão será entre o deputado federal Humberto Costa e os deputados estaduais Paulo Rubem e João Paulo. Deve vencer Humberto Costa, que conta com o apoio da maioria do Diretório Municipal. A tarefa é fazer Humberto candidato da Frente Popular, que envolve o PSB do governador Miguel Arraes.

Em Cuiabá (MT), a prévia será entre o deputado federal Gilney Viana, que defende a manutenção do apoio do PT ao governador Dante de Oliveira (PDT), a deputada estadual Serys Sherazenko e Romildo Gravelli. Serys é pelo rompimento com o governo estadual. Prévia marcada para 28/04.

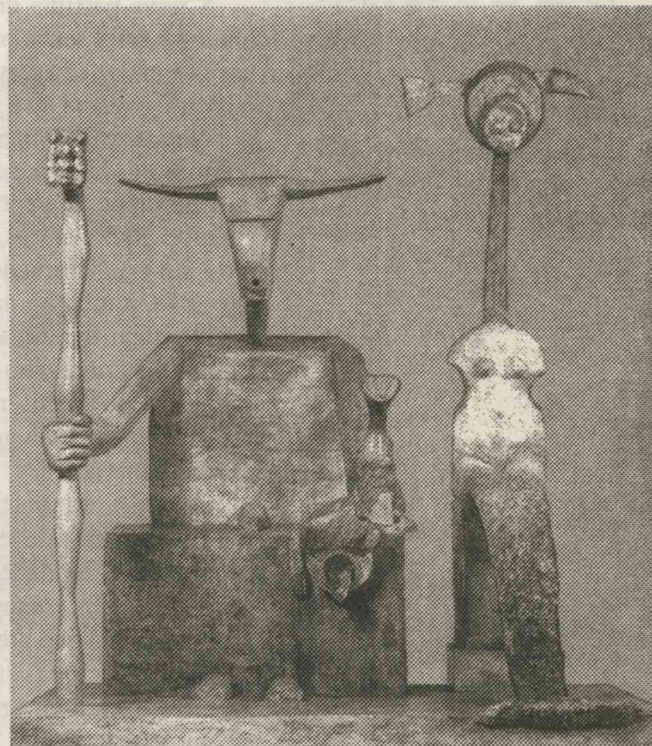
Porto Alegre

A prévia será no dia 14 de abril, entre o vice-prefeito Raul Pont, o deputado federal José Fortunatti e o vereador Clovis Ingenfritz. Vários debates são realizados dentro do partido e pelas rádios e TVs entre os candidatos. A maioria do Diretório Municipal e todas as correntes internas do PT com a excessão do "PT Amplo e Democrático" apoiam Raul. É o que tem maior densidade eleitoral, sendo o candidato a Senador mais votado em Porto Alegre em 1994. Raul como vice e Secretário de Governo participou junto com Tarso Genro de uma experiência de gestão que se iniciou em 1988 com Olívio e Tarso e que precisa continuar avançando. Além da experiência de governo, a atuação de Raul se pauta pela capacidade de unificar o partido. A tarefa é empolgar os filiados do PT, para numa grande mobilização, inidicaram Raul candidato do PT, rumo ao terceiro mandato.

Fazer e manter frentes é difícil. Mas em Maceió e em Belo Horizonte, onde a experiência de governo foi boa corremos riscos. Em Maceió, o prefeito Ronaldo Lessa (PSB) foi eleito com Heloisa Helena (PT) como vice. Heloisa foi eleita deputada estadual em 94. O PSB insiste em ter a candidata e não é claro com relação às alianças, especialmente com o PSDB, do senador e usineiro Teo Vilela. O PT está unido em torno da candidatura de Heloisa, mas a frente vive dificuldades.

Em Belo Horizonte, o vice de Patrus Ananias (PT) é Célio de Castro (PSB). O PT tem a candidatura do vereador Virgílio Guimarães. Patrus e a minoria do PT em BH prefere que a cabeça de chapa para a sucessão seja do PSB. Uma posição difícil de entender, pois o PT é muito mais forte que o PSB na cidade e Virgílio tem forte enraizamento na cidade como demonstra o resultado da campanha para o Senado em 94. □

As disputas são acirradas nas cidades já administradas pelo PT, em alguns casos envolvendo os antigos mandatários, como Diadema, Santos, Ipatinga e Goiânia.



Joaquim Soriano é membro do DN do PT e do seu Grupo de Trabalho Eleitoral

Aos povos do mundo! Irmãos!

Durante os últimos anos o Poder do dinheiro apresenta uma nova máscara sobre o seu rosto criminoso. Por cima das fronteiras, sem importar raças ou cores, o Poder do dinheiro humilha dignidades, insulta honestidades e assassina esperanças. Renomeado como "Neoliberalismo", o crime histórico da concentração de privilégios, riquezas e impunidades, democratiza a miséria e a desesperança.

Uma nova guerra mundial acontece, mas agora é contra a humanidade inteira. Como em todas as guerras mundiais, o que se busca é uma nova repartição do mundo.

Chamam com o nome de "globalização" esta guerra moderna que assassina e esquece. A nova repartição do mundo consiste em concentrar poder no Poder e miséria na miséria.

A nova partilha do mundo exclui as "minorias". Indígenas, jovens, mulheres, homossexuais, lésbicas, gente de cor, imigrantes, operários, camponeses; as maiorias que formam os porões mundiais se apresentam, para o Poder, como minorias prescindíveis. A nova repartição do mundo exclui as maiorias.

O moderno exército do capital financeiro e governos corruptos avança conquistando da única forma que é capaz: destruindo. A nova repartição do mundo destrói a humanidade.

A nova partilha do mundo só tem lugar para o dinheiro e seus servidores. Homens, mulheres e máquinas se igualam na servidão e em serem prescindíveis. A mentira governa e se multiplica em meios e modos.

Vendem-nos uma nova mentira como história. A mentira da derrota da esperança, a mentira da derrota da dignidade, a mentira da derrota da humanidade. O espelho do Poder nos oferece um equilíbrio na balança: a mentira da vitória do cinismo, a mentira da vitória da servidão, a mentira da vitória do neoliberalismo.

No lugar da humanidade nos oferecem índices nas bolsas de valores, no lugar de dignidade nos oferecem globalização da miséria, no lugar da esperança nos oferecem o vazio, no lugar da vida nos oferecem a internacional do terror.

Contra a internacional do terror que representa o neoliberalismo, devemos levantar a internacional da esperança. A unidade, por cima de fronteiras, idiomas, cores, culturas, sexos, estratégias e pensamentos, de todos aqueles que preferem a humanidade viva.

A internacional da esperança. Não a burocracia da esperança, não a imagem inversa e, portanto, semelhante ao que nos aniquila. Não ao Poder com novo sinal ou novas roupas. Um alento sim, o alento da dignidade.

*"Ya he llegado yo,
ya estoy aqui presente,
yo cantor.
Gozad en buena hora,
vengan hacia acá a presentarse
aquellos que tienen doliente el
corazón,
Yo elevo mi canto."*

Poesia Náhuatl.

Encontro Intercontinental Neoliberalismo e

*O Exército Zapatista de Libertação Nacional
convoca Encontro Intercontinental
Humanidade através da Primavera*

Uma flor sim, a flor da esperança. Um canto sim, o canto da vida.

A dignidade é essa Pátria sem nacionalidade, esse arco-íris que é também ponte, esse murmúrio do coração sem importar o sangue que o vive, essa rebelde irreverência que burla fronteiras, alfândegas e guerras.

A esperança é essa rebeldia que rechaça o conformismo e a derrota.

A vida é o que nos devemos: o direito a governar e governarmos, a pensar e atuar com uma liberdade que não se exerça sobre a escravidão dos outros, o direito a dar e receber o que é justo.

Por tudo isto, junto àqueles que, por cima das fronteiras, raças e cores, compartilham o canto da vida, a luta contra a morte, a flor da esperança e o alento da dignidade...

O Exército Zapatista de Libertação Nacional fala

A todos os que lutam pelos valores humanos de democracia, liberdade e justiça.

A todos os que se esforçam por resistir ao crime mundial chamado "Neoliberalismo" e aspiram a que a humanidade e a esperança de serem melhores seja sinônimo de futuro.

A todos os indivíduos, grupos, coletivos, movimentos, organizações sociais, cidadãs e políticas, aos sindicatos, às associações de vizinhos, cooperativas, todas as esquerdas que existem e estão por existir, Organizações Não Governamentais, Grupos de Solidariedade com as lutas dos povos do mundo, bandos, tribos, intelectuais, indígenas, estudantes, músicos, operários, artistas, professores, camponeses, grupos culturais, movimentos de juventude, meios de comunicação alternativos, ecologistas, colonos, lésbicas, homossexuais, feministas, pacifistas.

A todos os seres humanos sem casa, sem terra, sem trabalho, sem alimentos, sem saúde, sem educação, sem liberdade, sem justiça, sem independência, sem democracia, sem paz, sem pátria, sem amanhã.

A todos os que, sem importar cor, raça ou fronteira, fazem da esperança arma e escudo.

E os convoca ao Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo.

A celebrar-se entre os meses de abril e agosto de 1996 nos cinco continentes, segundo o seguinte programa de atividades:

Primeiro

Assembléias preparatórias continentais no mês de abril de 1996 nas seguintes sedes:



Continental contra o pela Humanidade

cional (EZLN), desde Chiapas, México,
al contra o Neoliberalismo e pela
ra declaração de "La Realidad".

1. Continente Europeu: sede em Berlin, Alemanha.
2. Continente Americano: sede em La Realidad, México.
3. Continente Asiático: sede em Tóquio, Japão.
4. Continente Africano: sede por definir.
5. Continente Oceânico: sede em Sidnei, Austrália.

Nota: As sedes continentais podem mudar, se assim decidem os organizadores.

Segundo

Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo de 27 de junho ao 3 de agosto de 1996, nas "Aguascalientes" zapatistas, Chiapas, México.

Temário

Mesa 1 - Aspectos econômicos de como se vive sob o neoliberalismo, como se resiste, como se luta e propostas de luta contra o neoliberalismo e pela humanidade.

Mesa 2 - Aspectos políticos de como se vive sob o neoliberalismo, como se resiste, como se luta e propostas de luta contra o neoliberalismo e pela humanidade.

Mesa 3 - Aspectos sociais de como se vive sob o neoliberalismo, como se resiste, como se luta e propostas de luta contra o neoliberalismo e pela humanidade.

Mesa 4 - Aspectos culturais de como se vive sob o neoliberalismo, como se resiste, como se luta e propostas de luta contra o neoliberalismo e pela humanidade. □



O espectro de Zapata

MICHAEL LOWY

Um espectro ronda as Américas, o espectro do zapatismo. Todas as potências locais e mundiais estão coligadas em uma cruzada para encurralar este fantasma que ameaça o livre comércio, a modernização e a bolsa - em síntese, a taxa de lucro: o governo mexicano e o americano, o Chase Manhattan Bank e os latifundiários de Chiapas, o FMI e a CIA. O perigo não é só regional: enquanto em alguma parte do mundo houver homens e mulheres que, de fuzil em punho, recusam a injustiça social, nem o peso, nem o dólar, nem a ECU podem dormir tranquilas em suas camas.

Há muito tempo os zapatistas expõem abertamente, face ao mundo todo, suas idéias, seus objetivos, suas tendências. É fato consumado, graças a diversas coletâneas, publicadas em diversas línguas, que divulgam os comunicados do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), da "Declaração da selva Lacandona", que serviu de programa para a sublevação de janeiro de 1994, até hoje.

A maior parte destes textos são redigidos pelo subcomandante Marcos. Depois de Che Guevara, não tínhamos visto um dirigente revolucionário que manejasse com tanta audácia quer a pluma, quer o fuzil. Poeta, contista, cronista, panfletário, fabulista lúdico e polemista de talento, ele tocou o coração e a imaginação das pessoas, em Chiapas, no México e um pouco por todo o mundo. A qualidade primeira e distintiva de sua prosa - que rompe alegremente com a linguagem maçante de tantos documentos políticos - é o humor e a ironia mordazes. Seus textos sarcásticos, seu sorriso maroto, sua ternura furiosa são uma arma tão temida pelas potências como as balas do EZLN.

A luta dos oprimidos, afirmava Walter Benjamin em suas *Teses sobre o conceito de história* - escritas em 1940, pouco antes de seu suicídio para escapar da Gestapo - é uma luta por coisas concretas e materiais, sem as quais o espírito, e todos os refinamentos, não existiriam. Mas estes aspectos, entretanto, "vivem no coração desta luta como confiança, coragem, humor, astúcia e firmeza inquebrantável. Seu eco repercute na noite dos tempos passados. Eles virão sempre a colocar em causa as vitórias obtidas pelos dominadores" (Tese nº IV). Cada palavra vale para o EZLN!

A "vitória" obtida pelos poderes dos dominadores no México é, como se sabe, o esmagamento da insurreição camponesa e o assassinato de Emiliano Zapata em 10 de abril de 1919. Não é por acaso que a sublevação de Chiapas tomou Zapata como bandeira, da mesma forma que a insurreição nicaraguense Sandino e a salvadorenha Farabundo Martí. A força do combate dos oprimidos, sua vontade de luta se nutrem antes de tudo, escreve Walter Benjamin, da imagem dos ancestrais martirizados (tese XII). É, quase palavra por palavra, o que proclama um documento do EZLN de fevereiro de 1994: "Zapatistas! A bravura vem de nossos ancestrais mortos". Quem são estes ancestrais? Zapata e os revolucionários de 1911-19, mas, além deles, a massa anônima de indígenas e de mexicanos que combateram contra a conquista espanhola, pela independência do México, contra invasão francesa e a agressão norte-americana.

O eco do EZLN "repercute na noite dos tempos passados". A Declaração da selva Lacandona destaca: "nós somos o produto de quinhentos anos de lutas". É este enraizamento profundo e orgânico nas cultura, na tradição,



na memória coletiva dos povos indígena de Chiapas que dá ao movimento zapatista esta vitalidade supreendente, esta energia inacreditável, esta potência insuspeita.

É um sentimento que emerge frequentemente nos documentos assinados pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena que dirige o EZLN: "Os mais velhos entre os nossos mais velhos nos disseram palavras que vêm de muito longe, do tempo em que não vivíamos... E a verdade reside nas palavras dos mais velhos... A palavra da verdade vem do mais profundo de nossa história, de nossa dor, dos mortos que vivem entre nós".

Esta palavra concerne a todos nós. Ela diz respeito a todos aqueles que, no México ou no Brasil, em New York ou em Paris, ainda acreditam em certos valores como a justiça, a dignidade e a fraternidade. Valores que não são cotados nas bolsas e que não são negociáveis no mercado financeiro. Para estes, o movimento zapatista de Chiapas é a primeira revolução do século XXI! □

Os limites da modernização



christo & jeanne-claude

JOÃO MACHADO

No artigo "Espelho de Enganos" (*Em Tempo* nº 286), Juarez Guimarães abriu uma polémica em várias frentes. Carlos Henrique Árabe debateu, então, várias questões, sobretudo políticas. Acho necessário discutir aqui os aspectos mais econômicos dos conceitos propostos.

Nesse particular, a idéia central de Juarez é que temos de estar preparados para enfrentar um governo que pode muito bem estar conduzindo o país para um "terceiro ciclo de modernização conservadora", e que teria assim amplas possibilidades de consolidar a hegemonia política e ideológica do liberalismo no país. Para avaliar esta eventualidade, convém começar por uma análise da situação econômica do Brasil e de suas perspectivas.

O êxito inicial do Real

Não há dúvidas de o Plano Real, base da política econômica do governo FHC, até agora tem sido extraordinariamente bem sucedido. Funcionou para baixar drasticamente as taxas de inflação, e a partir daí levou a uma recuperação parcial das perdas que especialmente os setores de rendimentos mais baixos tinham tido nos anos anteriores; com o crescimento da demanda decorrente provocou um vigoroso crescimento da economia a partir do segundo semestre de 1994. Com estes efeitos iniciais, o real elegeu Fernando Henrique Cardoso.

Mas o Plano foi bem sucedido também no enfrentamento da maior ameaça que sofreu até agora, o começo da retirada de capitais externos, que se verificou no início de 1995 como consequência da crise mexicana. Muitos chegaram a dizer que o Plano Real acabava ali. Economistas de várias posições no espectro político, apoiadores e críticos do governo, diziam que o Plano só poderia se manter se passasse por mudanças fundamentais.

O fato é que, após alguns percalços, e sem realizar nenhuma mudança de rota, o governo conseguiu superávit na balança comercial por vários meses, e desde maio de 95 os capitais começaram a voltar ao país. As reservas cambiais atingem novo recorde histórico, com cerca de US\$ 55 bilhões. Pareceria que uma prudência elementar recomendaria agora não duvidar muito da

capacidade do governo de ir levando adiante seu Plano, e de avançar mais decididamente na sua linha de modernização conservadora.

Fluxo de capitais

Não devemos, contudo, subestimar o risco que o Plano Real correu no início de 1995 e os problemas que ainda enfrenta.

Com o início da crise mexicana, pareceu, por alguns meses, que a "âncora cambial", sua viga mestra, tinha sido inviabilizada. Se o movimento de saída de capitais do país tivesse continuado, teria sido necessário de fato escolher ou uma desvalorização significativa do real e um retrocesso na abertura da economia, que trariam de volta pressões inflacionárias, ou uma megarecessão como a da Argentina.

Mas afinal, bastaram alguma flexibilização da "âncora cambial" (com o início de pequenas desvalorizações do real, insuficientes para compensar a sua sobrevalorização, e a volta de algumas restrições às importações) e uma recessão relativamente moderada.

Os ajustes puderam ser limitados porque os capitais externos começaram a voltar ao Brasil. E isto se explica por três razões, duas delas totalmente alheias ao controle do governo brasileiro.

A primeira, foi a contenção da crise mexicana com o pacote de "ajuda" ao México aprovado pelo governo Clinton e pelo FMI, de mais de US\$ 50 bilhões (sem precedentes neste vulto). A economia mexicana se subordinou ainda mais aos EUA, o quadro social se agravou, mas os investidores foram salvos. E o outro país mais ameaçado (a Argentina) manteve-se à tona, embora com os custos econômicos e sociais de uma recessão do nível da Grande Depressão. Isto deu aos investidores tranqüilidade para, passados alguns meses, voltar a aplicar capitais na América Latina.

A segunda razão da volta dos capitais foi o movimento de baixa da taxa de juros nos EUA, que ampliou as vantagens de aplicar dinheiro em outros países.

E a terceira foi a própria política brasileira, baseada no binômio "juros altos e recessão". Juros altos eram necessários para atrair capitais, e para reduzir o nível da atividade econômica (única maneira de conseguir algum superávit comercial sem abandonar a "âncora cambial"; este superávit era indispensável para mostrar aos investidores que o Brasil não seguiria o mesmo caminho do México).

A necessidade da recessão

Já a partir do segundo trimestre de 1995 a economia brasileira entrou em recessão. É incorreto dizer que, como o PIB brasileiro em 1995 foi pouco maior que o de 1994 (cresceu pouco mais de 4%), não houve recessão e sim um crescimento moderado. Estes pouco mais de 4% refletem a expansão no segundo semestre de 1994 e no primeiro trimestre de 1995. Os dados da produção do segundo trimestre de 1995 com relação ao primeiro já mostraram queda, o mesmo acontecendo com dados do terceiro trimestre com relação ao segundo. Do mesmo modo, a comparação da produção nos primeiros meses de 1996 com relação aos primeiros meses de 1995 tem mostrado redução. Além disso, se não tomamos a evolução de todo o PIB, mas apenas a do PIB industrial

Os ajustes na âncora cambial puderam ser limitados porque os capitais externos começaram a voltar ao Brasil, pela contenção da crise mexicana, pela baixa taxa de juros nos EUA e pela política brasileira de "juros altos e recessão".

(que é a melhor maneira de se verificar a evolução cíclica da economia), vemos que 1995 superou 1994 em menos de 2% (o que corresponde mais ou menos à taxa de crescimento da população), apesar da fortíssima expansão entre julho de 94 e fevereiro de 95.

A recessão, contudo, não é a principal ameaça ao Plano Real; ela é ruim para o povo, e cria dificuldades também para a burguesia, mas até ajuda a combater a inflação; é útil portanto para o que mais importa ao governo. A principal ameaça ao Plano é a grave deterioração das contas públicas, na fundamental consequência do binômio juros altos - recessão. Os juros altos aumentam diretamente o custo da dívida pública e o seu estoque, além de terem também um importante efeito indireto no mesmo sentido (atraem capitais, obrigando o Banco Central a aumentar a dívida pública para evitar excesso de dinheiro na economia). E a recessão reduz a arrecadação (não se repetirá em 1996 a arrecadação recorde de 1995). Recessão e juros altos contribuem também para o aumento da inadimplência, o que cria problemas para os bancos e obriga o governo a gastar com socorro.

Por outro lado, o financiamento do déficit externo em transações correntes (que continua elevado) e o acúmulo de reservas a partir do novo endividamento externo e do ingresso de capitais especulativos significa aumentar a fragilidade externa da economia brasileira (e não torná-la mais sólida do ponto de vista externo, como a observação do simples volume das reservas poderia levar a pensar).

Adiar os problemas

O sucesso do Plano Real tem sido inegável, mas ao custo de jogar problemas graves (do seu próprio ponto de vista) para o futuro. E, salvo um redesenho radical da política econômica, que não parece estar nem nos planos nem nas capacidades deste governo, a economia brasileira não poderá ter um crescimento significativo nos próximos anos, pois isso desequilibraria ainda mais o balanço de pagamentos.

Esta é a principal restrição econômica a um "terceiro ciclo de modernização conservadora no Brasil", se entendemos por isto um processo de transformações na economia brasileira que inclua um crescimento importante, como aconteceu com os dois ciclos de modernização conservadora anteriores.

Mas há outras dificuldades a serem vencidas. É muito difícil, por exemplo, imaginar um crescimento significativo da economia sem recuperar a capacidade de investimento público, tanto na infra-estrutura básica como em itens sociais, como educação e saúde. Juarez reconhece isto, tanto que cita "pacotes de investimento em infra-estrutura" como uma das condições que estariam sendo criadas para sustentar um novo ciclo de desenvolvimento. O problema, no entanto, é que não só estes investimentos não começaram a ser feitos até agora, como ainda a difícil situação fiscal em que se colocou o governo joga diretamente contra o seu início em um futuro previsível. O governo tem cortado este tipo de gastos, e deverá continuar a fazê-lo ainda por muito tempo.

Dívida custosa

Também a "recolocação do Brasil no mercado internacional", nas condições em que se deu, não é favorável a um novo ciclo de expansão econômica. O acordo da dívida externa, concluído no período em que FHC era ministro da Fazenda, é extremamente oneroso para o país (a este respeito, é esclarecedor o caderno *A Renegociação da Dívida Externa Brasileira e o Plano Brady: Avaliação de Alguns dos Principais Resultados*, de Armênio de Souza Rangel e Paulo Nogueira Batista Jr.,

São Paulo, Programa Educativo da Dívida Externa, 1994).

O acordo estabelece um nível muito elevado de pagamentos para servir a dívida externa nos próximos anos. Isto, em conjunto com os pagamentos por conta da dívida nova, significa um aprofundamento do déficit estrutural do balanço de serviços do Brasil, e conseqüentemente agrava as dificuldades de conseguir um balanço de transações correntes equilibrado ou apenas moderadamente negativo. É verdade que o acordo da dívida cria condições mais favoráveis para o ingresso de novos capitais externos (muito embora deva ser notado que a volta dos capitais externos ao Brasil - e à América Latina em geral - vem se dando desde o início dos anos 90, anos antes, portanto, da assinatura deste acordo). Mas ainda está por ser demonstrado que isto poderá aumentar os investimentos produtivos de maneira significativa. Até agora, isto não aconteceu.

Modernização conservadora

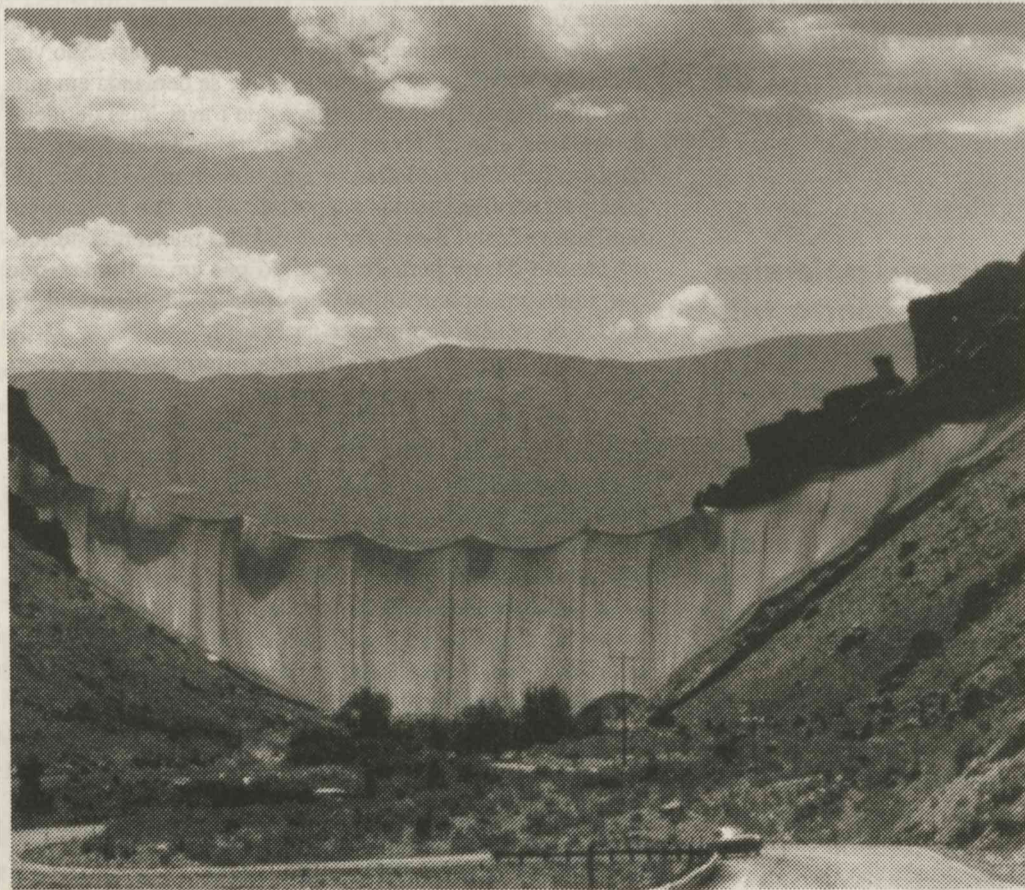
Nenhum destes argumentos significa que não esteja se iniciando, e que não possa se aprofundar, um ciclo de transformações na economia brasileira que pode muito bem ser chamado de "modernização conservadora". Mas tudo indica que isto não se acompanhará de um crescimento econômico importante. Terá, portanto, um caráter muito diferente dos ciclos anteriores. Será um ciclo inteiramente regressivo, do ponto de vista econômico e social. Significará ampliação das desigualdades e da exclusão social, ampliação da dependência econômica, aumento da desintegração da nação. Aliás, como tem acontecido em geral pelo mundo afora, nestes tempos infelizes de ofensiva neoliberal. Um ciclo como este não mostraria o "amadurecimento do liberalismo no Brasil", mas muito mais o aprofundamento da subordinação brasileira ao (neo)liberalismo mundial.

Por isso, a comparação com os ciclos de modernização conservadora anteriores pode ser interessante, mas para mostrar a diferença enorme que há agora, o caráter muito mais regressivo do projeto atual da burguesia brasileira do que, por exemplo, o da época da ditadura militar. □

João Machado é economista e membro do Diretório Nacional do PT.

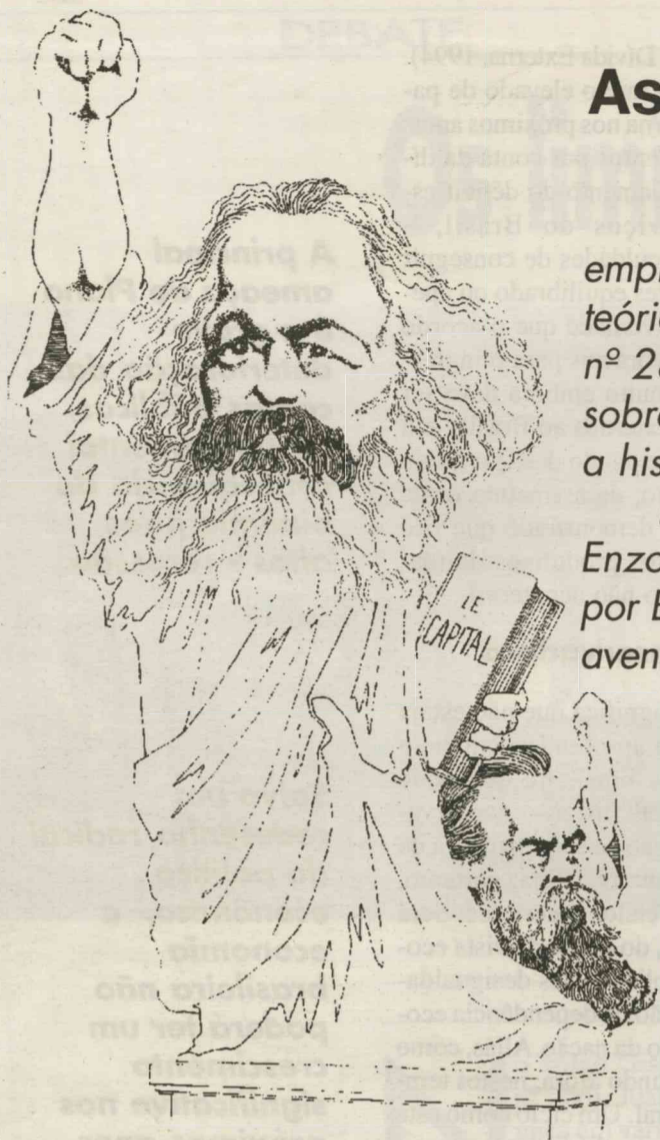
A principal ameaça ao Plano é a grave deterioração das contas públicas, na fundamental consequência do binômio juros altos - recessão.

Salvo um redesenho radical da política econômica, a economia brasileira não poderá ter um crescimento significativo nos próximos anos, pois isso desequilibraria ainda mais o balanço de pagamentos.



Christó & Jeanne-claude

As leituras marxistas de Daniel Bensaid



Dois livros recém-lançados por Daniel Bensaid na França empreendem uma ambiciosa releitura da obra de Marx e da trajetória teórica do marxismo em nosso século. Já publicamos, no Em Tempo nº 285, dezembro de 1995, pg. 9, uma resenha de Michael Löwy sobre *A discordância dos tempos. Ensaio sobre as crises, as classes, a história* (Paris, Editions de la Passion, 1995, 301 páginas).

No dossiê que apresentamos neste número, Juarez Guimarães, Enzo Traverso e o próprio Michael Löwy debatem as teses defendidas por Bensaid em *Marx, o intempestivo. Grandezas e misérias de uma aventura crítica: séculos XIX e XX* (Paris, Fayard, 1995, 415 páginas).

Os trabalhos de Hércules

JUAREZ GUIMARÃES

Em *Marx l'intempestif*, Daniel Bensaid faz talvez a mais brilhante interpretação já escrita da obra de Marx como não

determinista. *Marx, o intempestivo*, de Daniel Bensaid, é uma obra que está destinada a ser um dos elos decisivos de um esforço de reflexão, necessariamente coletivo e de longa duração, que visa recolocar o marxismo no centro de uma cultura de emancipação no século que se avizinha.

Paradoxalmente, este sentido atualíssimo da reflexão de Bensaid está estruturado na forma de uma releitura da obra de Marx sob o prisma de sua defesa contra alguns de seus críticos mais renomados.

De todos os livros sobre o pensamento de Marx que já tivemos oportunidade de ler, a obra de Bensaid é a que expressa de forma mais inteligente e apaixonada uma interpretação não determinista do pensamento de Marx. São verdadeiros "trabalhos de Hércules" o que se demanda em uma tal empreitada: trata-se não apenas de travar lutas de idéias formidáveis com os adversários mais refinados de Marx mas também de nadar à contra-corrente do volumoso caudal das leituras deterministas dos adeptos de Marx que predominaram neste século. E realizar este esforço intelectual do fundo mesmo de um período marcado por um anti-marxismo que impregna hoje a cultura européia e, em particular, os modos de pensar dominantes na França.

Bensaid polemiza contra três interpretações deterministas que impregnaram a cultura marxista deste século: a filosofia da história (de inspiração hegeliana e que compreende a história como uma totalidade dotada de sentido, o socialismo sendo o destino da evolução do capitalismo), a sociologia estruturalista das classes sociais (que prevê um determinismo societário, a estrita determinação dos atores sociais coletivos pela chamada "infra-estrutura"), a cientificação naturalista da economia (as "leis" de movimento do capitalismo entendidas como naturais, como as estudadas pela física, levando inelutavelmente a uma crise agônica do capitalismo).

Nosso autor escolhe como interlocutores adversários, de um lado, o filósofo austriaco Karl Popper e, de outro, o "marxismo analítico", corrente heterogênea de pensadores anglo-saxões inspirados originalmente no marxismo mas empenhados em retraduzir a obra de Marx para uma visão "científica positivista". Daniel localiza nas obras de Popper - *A sociedade aberta e seus inimigos* (1945) e *Miséria do*

historicismo (1957) - a crítica "ao historicismo marxista que inspirou a contra-ofensiva ideológica dos anos setenta".

E chama como interlocutores aliados dois pensadores que cultivaram uma interpretação ou aproximação com o marxismo anti-deterministas: Antonio Gramsci e Walter Benjamin.

Por que determinismo?

Há três razões profundas para eleger a reflexão sobre o determinismo histórico como o centro de um esforço para a reconstrução do marxismo como o eixo de idéias básico para a luta por uma democracia socialista.

A primeira delas é que *a interpretação determinista da obra de Marx foi o elemento chave de sua fragmentação teórica*, continuamente aprofundada ao longo do século XX. Esta cisão teórica ocorreu já nas primeiras décadas do século: na cultura da II Internacional já havia no mínimo seis distintas maneiras de compreender a relação do marxismo com a história. Se, como diz Lukács em *História e consciência de classe* (1923), o que daria unidade ao marxismo seria um método comum (o marxismo ortodoxo definindo-se não tanto por seus conteúdos mas por seu princípio de compreensão do mundo capitalista), podemos afirmar que já na sua origem a ortodoxia marxista estava em crise.

Ora, na construção do seu pensamento, Marx passou por três grandes períodos no que diz respeito à sua relação com o determinismo: o período até 1845 (marcado por uma crescente crítica a Hegel mas ainda dominado por uma filosofia teleológica ou finalista da história); o período de 1845 até 1857 (em que completa a crítica à filosofia da história hegeliana e se elaboram os fundamentos não desenvolvidos em um sentido teórico mais abrangente de uma visão praxiológica e anti-determinista da história) e o período de 1857 até o final (correspondente ao esforço de elaboração de *O Capital* e marcado por fortes tensões deterministas, que nunca chegam se conformar integralmente nem ganham um estatuto teórico definido e coerente). Um dos momentos mais brilhantes do livro de Bensaid está justamente na demonstração de como *O Capital* não cabe em uma leitura determinista.

Assim, se as leituras deterministas encontram alguma legitimidade na obra de Marx, elas forçam a sua unidade vista numa perspectiva totalizante e dogmatizam como virtudes incompletudes básicas na obra de Marx: o fato de ele não ter tido condições de desenvolver teoricamente uma teoria das classes, das ideologias, do Estado - em resumo, um tratamento abrangente dos temas da hegemonia - en-

A obra de Bensaid expressa de forma inteligente e apaixonada uma interpretação não determinista do pensamento de Marx.

Bensaid polemiza contra três interpretações deterministas que impregnaram a cultura marxista deste século: a filosofia da história, a sociologia estruturalista das classes sociais e a cientificação naturalista da economia.

fim, tudo aquilo que um "marxismo vulgar" chamaria depois de "super-estruturas".

As ondas do determinismo

A segunda razão é que o determinismo foi a interpretação dominante na cultura marxista deste século.

No processo de expansão do marxismo como teoria dominante no movimento operário europeu (com a importante exceção da Inglaterra) foram as interpretações deterministas aquelas que prevaleceram. A visão praxiológica da história ou foi soterrada ou foi subordinada a um eixo determinista que lhe absorveria o sentido.

A primeira onda de expansão do determinismo foi exatamente a obra filosófica do último Engels, cujas edições tiveram à época uma maior divulgação até que o *Manifesto Comunista*. A interpretação do marxismo por Engels (*Anti-Dühring*, *Dialética da Natureza*, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*) buscou dar legitimidade científica ao marxismo assimilando-o aos princípios dominantes na cultura científica da época.

A segunda onda de expansão do determinismo encontrou já múltiplas expressões no período da II Internacional, tanto na obra de Plekhanov, de Kaustky como no chamado austro-marxismo.

Foi, no entanto, a terceira onda de divulgação do determinismo de longe a mais importante neste século, que buscou sistematizar a concepção predominante da história da III Internacional e que culminou na obra dogmática de Stalin em 1937. É interessante notar de passagem que, num sentido mais profundo, esta interpretação determinista contrariava os fundamentos mesmos da cultura política do leninismo. O chamado "materialismo histórico", fortemente determinista, moldou direta e indiretamente toda a problemática do determinismo no marxismo do pós-guerra.

Determinismo e democracia

A crítica às interpretações deterministas da obra de Marx elaborada por Bensaïd é decisiva, no entanto, por uma terceira razão.

O ponto central do ataque de Popper ao marxismo - como também o foi o de Max Weber e, de modo mais superficial, é hoje o de Norberto Bobbio - é que é impossível conciliar uma visão determinista da história com um pensamento democrático.

Ao defender Marx de uma interpretação determinista - ver a síntese no ítem *A miséria do popperismo* - Bensaïd inverte a seta da crítica contra Popper. Em Marx, haveria, apesar das tensões deterministas, a noção central de uma "teoria da emancipação enraizada nos conflitos" da sociedade capitalista.

E esta é, a nosso ver, a importância maior do livro de Bensaïd: ao liberar Marx das correntes deterministas, ele abre todo um campo de trabalho para se desenvolver uma concepção de democracia, superior e alternativa ao modelo democrático-liberal. □

Juarez Guimarães é professor da UFMG.



Notas biográficas deste dossiê

Louis Althusser (1918-1990): figura de proa do marxismo estruturalista francês dos anos 60 e 70, autor de *A favor de Marx* e *Ler o Capital*.

Walter Benjamin (1892-1940): filósofo alemão de origem judaica, foi muito ligado a Brecht e "companheiro de rota" dos pensadores da Escola de Frankfurt. Analisou inúmeros temas ligados à história e à cultura na modernidade capitalista.

Ernest Bloch (1885-1977): filósofo alemão idealista que sua evolução intelectual conduziu ao marxismo. Autor de *Sobre o espírito da utopia* e de *O princípio esperança*, que lhe valeram problemas com as autoridades da ex-RDA, onde viveu depois dos anos 50.

Nicolai Bukharin (1888-1938): um dos principais teóricos bolcheviques (autor, com Preobrajenski, de *O ABC do comunismo*). Comunista de esquerda em 1918, se opôs no final dos anos 20 à industrialização às custas do campesinato. Foi executado nos processos estalinistas.

Auguste Comte (1798-1857): formulador do positivismo, considerado um dos pais da sociologia, procurou conciliar o liberalismo com propostas de reformas sociais conservadoras. É o autor do lema da bandeira brasileira: "Ordem e progresso".

Charles Darwin (1809-1882): naturalista inglês, formulador da teoria da evolução por seleção natural e autor de *Origem das espécies* e *A descendência do homem*.

Emile Durkheim (1858-1917): sociólogo positivista francês, para quem todos os fatos sociais devem ser tratados como coisas, autor de *As regras do método sociológico*, *Da divisão do trabalho social*, *O suicídio* e *As formas elementares da vida religiosa*.

Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832): poeta, teatrólogo, romancista, pensador enciclopédico, principal figura do romantismo e depois do classicismo alemão, é o autor do *Fausto*.

Antonio Gramsci (1891-1937): fundador e dirigente do Partido Comunista Italiano. Um dos mais brilhantes e originais teóricos do marxismo. Preso em 1926, doente, escreve na prisão, antes de morrer, os seus famosos *Cadernos do cárcere*.

Jurgen Habermas (1929-): filósofo e sociólogo alemão, integrante da terceira geração da Escola de Frankfurt, é autor da *Teoria da ação comunicativa* e de *O discurso filosófico da modernidade*.

Georg Hegel (1770-1831): filósofo alemão, maior expoente do idealismo objetivo, formulador moderno da dialética, influenciou profundamente a obra de Marx e Engels. Autor de *A fenomenologia do espírito* e *A Ciência da lógica*.

Karl Kautsky (1854-1938): líder e teórico da social-democracia alemã e da Segunda Internacional, editor das obras de Marx e Engels, dará ao marxismo um caráter determinista e mecânico. Autor de *A questão agrária* e *O caminho do poder*.

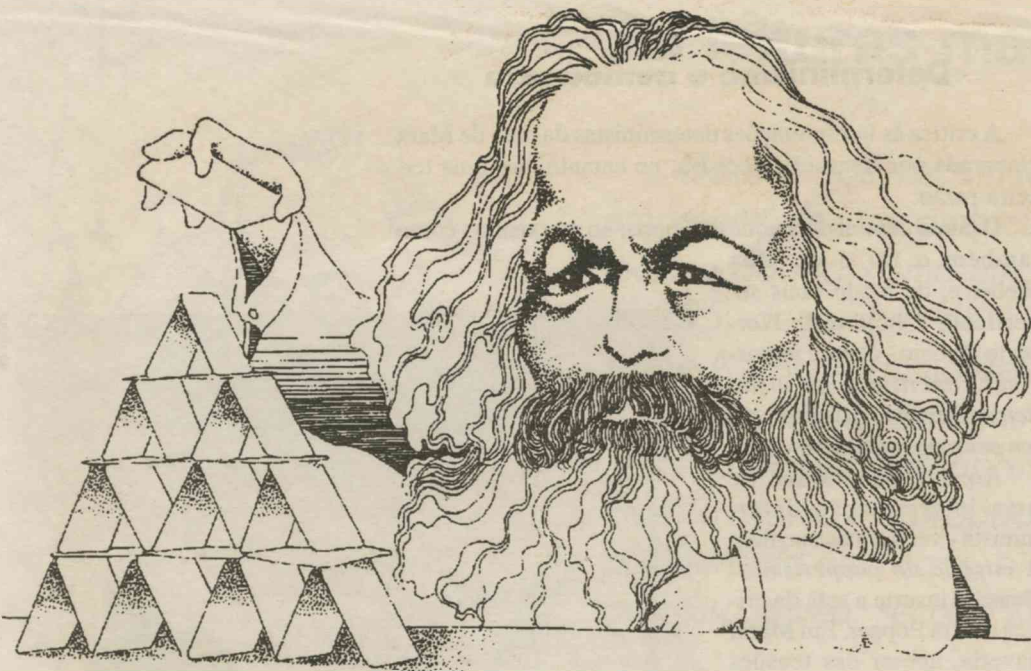
György Lukács (1885-1971): filósofo marxista húngaro, inicialmente discípulo de Weber, adere ao marxismo na 1ª GM. Publica em 1923 *História e consciência de classe*, marco fundador do marxismo ocidental. Concilia depois com o estalinismo. Nos anos 60, elabora uma *Ontologia do ser social*.

Georges Plekhanov (1856-1918): considerado o "pai do marxismo russo", primeiro propagador do marxismo na Rússia, fundador do grupo "Libertação do trabalho" (1883), terminará se opondo à revolução de outubro de 1917.

Karl Popper (1902-): filósofo conservador austríaco, vive desde os anos 40 na Inglaterra. Defensor do liberalismo e do individualismo, filósofo das ciências de inspiração positivista, é um dos principais críticos do marxismo.

Max Weber (1864-1920): filósofo e sociólogo alemão, formulou uma teoria social e histórica alternativa ao marxismo, centrada na idéia da modernidade como processo de racionalização da sociedade. Influenciou profundamente o marxismo ocidental. Autor de *Economia e sociedade* e *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

Vera Zassoulitch (1849-1919): correspondente de Marx e Engels na Rússia. Populista e depois social-democrata, ela funda com Plekhanov o primeiro grupo marxista no país.



Marx, a aventura continua

MICHAEL LÖWY

O contexto não tem nada de acadêmico: restituir a força subversiva de uma teoria crítica da luta social e da mudança do mundo, traduzida pelos epígonos na pequena música do positivismo.

Graças a noções como o contratempo (zeitwidrig) e a discordância dos tempos, Marx inaugurou uma representação não linear do desenvolvimento histórico.

Contraponto e complemento de *A discordância dos tempos, Marx, o intempestivo*, conduz-nos mais longe, para bem além dos sistemas fechados, das ideologias petrificadas na forma de muros, para uma aventura intelectual e política inacabada. Trata-se de fazer-nos escutar, em lugar do barulho ensurdecedor dos marxismos instituídos, a "trombeta inaudível" que constitui a obra marxiana. O contexto não tem nada de acadêmico: restituir a força subversiva de uma teoria crítica da luta social e da mudança do mundo, traduzida pelos epígonos na pequena música do positivismo.

Uma nova leitura

O que constitui a força e o interesse deste livro é que ele nos traz não somente uma leitura nova dos escritos de Marx, mas abre, a partir deles, uma série de caminhos novos, de importância decisiva para o futuro do pensamento crítico. Esta abertura se inspira nos trabalhos de dois grandes guias, Walter Benjamin e Antonio Gramsci, que nos ajudam a despertar o marxismo do "culto sonolento do progresso".

Este procedimento exige uma atitude resolutamente heterodoxa e crítica em relação ao próprio Marx, cuja obra é atravessada pelas contradições não resolvidas entre a ciência positiva e a "ciência alemã", entre os cantos de sereia do progresso e uma visão dialética da história - que geram, por sua vez, a pluralidade contraditória de marxismos.

O livro se divide em três partes: Marx crítico da razão histórica, da razão sociológica e da positividade científica. Apesar das aparências, está longe de ser uma obra sistemática. Como frequentemente em Daniel Bensaid, é a profusão estonteante de idéias que faz a riqueza do todo...

Concepção de história

A concepção de história em Marx é atravessada por uma contradição não resolvida entre o modelo científico naturalista - que prediz o fim do capitalismo "com a inelutabilidade de um processo natural" - e a lógica dialética aberta. Enquanto certos textos de Marx - sobre a missão civilizadora do capitalismo ou sobre o colonialismo inglês na Índia - não estão longe de cair nas armadilhas da ideologia "progressista", outros (como a introdução dos *Grundrisse*) esboçam uma ruptura profunda com a visão linear e homogênea da história, e com a noção de progresso "em sua forma abstrata habitual". Graças a noções como o contratempo (*zeitwidrig*) e a discordância dos tempos, Marx inaugurou

uma representação não linear do desenvolvimento histórico.

Enquanto os epígonos - dos "ortodoxos" da Segunda Internacional até os "marxistas analíticos" como Jon Elster ou John Roemer - não fazem mais do que "desmontar e remontar tristemente o cansativo *Meccano* das forças e das relações, das infraestruturas e das superestruturas", a visão marxiana de uma história aberta inspirou Trotsky, na teoria do desenvolvimento desigual e combinado (e na estratégia da revolução permanente), e Ernest Bloch, em sua análise da não-contemporaneidade das classes e das culturas na Alemanha de Weimar.

Cegos pelo primado unilateral das forças produtivas, as leituras lineares do progresso - das quais os "marxistas analíticos" são apenas a última encarnação - apenas o concebem em termos de avanços e de recuos sobre um eixo cronológico; só imaginam o desastre - como o fascismo - sob a forma do retorno a um passado acabado ou a suas sobrevivências residuais, "em lugar de alertar contra as formas inéditas, originais e perfeitamente contemporâneas de uma barbárie que é sempre aquela de um presente particular, uma barbárie de nosso tempo".

O espaço da estratégia

O que as leituras positivistas de Marx não compreendem é que, diferentemente da predição física, a antecipação histórica se exprime em um projeto estratégico. Para um pensamento estratégico, a revolução é por essência intempestiva e "prematura". Marx não julga a revolta dos oprimidos em termos de "correspondência" entre forças e relações de produção: ele está "sem hesitação" em reserva do lado dos rebeldes na revolta dos camponeses, dos niveladores na Revolução Inglesa, dos iguais na Revolução Francesa, dos comunardos destinados a serem esmagados pelos conservadores".

Daniel Bensaid avança aqui uma das suas mais belas iluminações profanas: a distinção entre o oráculo e o profeta. O marxismo não é a predição oracular de um destino implacável, mas uma "profecia condicional", um "messianismo ativo" que trabalha as dores do presente. A profecia não é esperada resignada, mas denúncia do que ocorrerá de mal *se...*, como em *A catástrofe eminente e os meios de a conjurar*, de Lenin. Entendida nestes termos, "a profecia é a figura emblemática de todo discurso político e estratégico".

No mundo da mercadoria, a abstração do relógio e a abstração monetária caminham lado a lado, "tempo é dinheiro". O tempo sem qualidade de um deus cronometrista, este tempo sem memória nem música, este tempo desesperadoramente vazio, é também aquele da acumulação do capital: o progresso segundo a burguesia. Marx é um pioneiro da crítica da razão burguesa da história, que será desenvolvida também, a sua maneira, pelos românticos. Onde a importância de alguns grandes condutores entre a crítica romântica e a crítica revolucionária: Blanqui, Peguy, Sorel. Mas é sobretudo a Walter Benjamin que devemos um materialismo histórico que iria enfim abolir a idéia de progresso, a favor das interrupções e das passagens.

Esta primeira parte do livro é, sem dúvida, a mais rica e a mais "profética". Mas encontramos também nas outras duas muitas pistas interessantes.

Relações dialéticas de luta

Marx crítico da razão sociológica: enquanto a sociologia positivista, biomecânica, dos Comtes, Durkheim e epígonos se esforça por reduzir os fatos sociais a coisas - em uma lógica que, no fundo, não faz mais do que reproduzir o fetichismo do universo mercantil - a sociologia marxiana, crítica e negativa, trata-os como relações sociais conflituosas, relações dialéticas de *luta*.

Sujeitos desta luta, as classes sociais não são nem a soma das individualidades que as compõem nem uma espécie de "pessoa" mítica. Ora, o marxismo analítico de Jon Elster substitui a crítica da economia política pela psicologia social: privilegiando o individualismo metodológico, termina por fazer o pertencer a uma classe uma questão de "escolha racional" do indivíduo, e da exploração uma relação

interindividual. A própria luta de classes é reduzida por John Roemer aos esquemas da teoria dos jogos e aos cálculos racionais dos "jogadores".

A outra tentativa de "racionalizar" a luta de classes é a teoria da justiça de Rawls, complemento ético-jurídico perfeito de um liberalismo social bem temperado. O conflito social é esvaziado em benefício de uma atomística de procedimentos contratuais e da ficção formalista do acordo mútuo.

Crítica da positividade científica

No coração de todos estes debates se encontra a questão do método: Marx, crítico da positividade científica. Na última parte do livro, Daniel Bensaid nos mostra, na obra de Marx, o dilema não resolvido, mas fecundo, entre a "ciência inglesa" e a "ciência alemã", positivismo empirista e/ou racionalista e concepção dialética do conhecimento. Fascinado pelo sucesso das ciências naturais, Marx foi frequentemente enganado por seu modelo. Mas a tendência principal que inspira sua crítica da economia política é aquela de um "outro saber" que associa teoria e crítica, e que resolve a antinomia da necessidade e da liberdade no aleatório da luta.

Marx é portanto herdeiro da "ciência alemã" de Hegel e de Goethe, rica em profundidade filosófica e em criatividade metafórica, que encontra sua origem no desafio romântico face ao surgimento da razão instrumental, e a ascensão da "água rala de um racionalismo gasto e sem vida" (Hegel).

Mas não se trata apenas da Alemanha. Assiste-se no curso do século XIX a uma subversão radical do fundamento epistemológico. De Newton a Marx (passando por Carnot e Darwin), escreve Bensaid em uma fórmula impactante, assistimos "à grande passagem dos relógios para as nuvens", isto é, do determinismo mecânico e linear para uma nova lógica autenticamente multidimensional e dinâmica, aquela dos tempos partidos e em desacordo, de assimetrias e de probabilidades, de incertezas e de escolhas. O tempo histórico reencontra seus ritmos e suas articulações, "o *clinamen* cheio de novidades e o *kairos* pleno de oportunidades estratégicas".

A principal crítica que eu faria à parte III (sobre a ciência em Marx) é a ausência de relação com a parte II (sobre a luta de classes). A grande questão - no centro do *História e consciência de classe* de Lukacs e também das *Teorias da mais-valia* de Marx - da relação entre posição de classe e conhecimento da sociedade não é tratada. Confrontado com a célebre passagem de *O Capital* onde Marx se refere à sua crítica da economia política como representante do ponto de vista do proletariado, nosso autor se limita a manifestar suas reservas: "A imagem de uma classe representada pela crítica levanta, de fato, mais questões do que resolve".

De outro lado - mas as duas questões estão estreitamente ligadas na medida em que a luta de classes atravessa as ciências sociais e não (com poucas exceções) as ciências naturais - ele se deixa levar pela miragem de um "novo paradigma holista de saber científico" (a partir das teorias dos sistemas e das teorias dos caos), que tornaria agora "fora de moda" a distinção entre ciências da natureza e da sociedade. O último capítulo desta parte, curiosamente intitulado *Os tormentos da matéria* é uma apaixonante discussão da ecologia como ciência e como política.

Reconhecendo que seria abusivo tanto exonerar Marx das ilusões prometidas de seu tempo quanto transformá-lo num defensor da industrialização desenfreada, Daniel Bensaid nos propõe um procedimento bem mais fecundo: instalar-se nas contradições de Marx e levá-las a sério. A primeira destas contradições sendo, certamente, aquela entre o credo produtivista de certos textos e a intuição que o progresso pode ser fonte de destruição irreversível do ambiente natural.

Ecologia política

A principal limitação deste capítulo me parece ser a tendência - que encontramos também em muitos ecologistas políticos - de abordar o problema prioritariamente sob o ângulo do cálculo dos fluxos energéticos e da penúria de recursos naturais. Neste contexto, não é surpreendente que nosso autor recuse as "ideologias crepusculares" e chegue à conclusão otimista que nós não estamos ameaçados por uma penúria absoluta de energia, pois "é sempre possível que a

humanidade descubra outras fontes de energia". Que seja. Mas a ameaça de catástrofe ecológica se situa em outro nível, bem mais perigoso e iminente: a poluição (isto é, o envenenamento) do ar, da terra e da água, o aquecimento do planeta, a destruição da camada de ozônio. Não é a "penúria", mas a própria sobrevivência da espécie humana que está em jogo!

Em compensação, Daniel Bensaid dá uma contribuição notável para uma futura e necessária convergência entre marxismo e ecologia política, mostrando que ambos se confrontam com um inimigo comum: o fetichismo mercantil, o egoísmo de vista curta do capital e da burocracia. Ambos colocam a necessidade de reentrelaçar a economia em uma totalidade de determinações ecológicas e sociais. Enfim, ambos exigem uma transformação do próprio modo de produção e a abolição da ditadura dos critérios mercantis.

Esta convergência implica que a ecologia renuncie às tentativas do naturalismo anti-humanista e abandone sua pretensão de substituir ou absorver a crítica da economia política. Mas ela implica também que o marxismo se desvençile do produtivismo, substituindo o esquema mecanicista da oposição entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção que o entrava pela idéia, bem mais fecunda, de "uma transformação das forças potencialmente produtivas em forças efetivamente destrutivas".

Moral da história: contrariamente aos rumores maldosos, Marx não está esmagado sob os escombros do muro de Berlim. Graças a espíritos insubmissos como Daniel Bensaid, a aventura continua...□



Pequeno léxico

Aporia: dificuldade lógica sem solução.

Diacronia: caráter dos fenômenos linguísticos estudados do ponto de vista de sua evolução no tempo.

"Diamat": abreviatura da doutrina codificada pela obra de Joseph Stalin, O materialismo dialético e o materialismo histórico, de 1938. Sistematiza uma concepção determinista do marxismo e torna-se a doutrina oficial dos partidos comunistas.

Evolucionismo: doutrina filosófica ou científica baseada na idéia de evolução, enfatizando na biologia a mutabilidade das espécies

Fetichismo: para Marx, no capitalismo, os objetos materiais possuem certas características que lhes são conferidas pelas relações sociais, mas que aparecem como se lhes pertencessem naturalmente. Isso ocorre principalmente com as mercadorias.

Historicismo: posição que consiste em procurar a explicação de um fenômeno, notadamente nas ciências humanas, a partir de seu lugar na história.

Holismo: doutrina que considera que a parte só pode ser compreendida a partir do todo, que privilegia a consideração da totalidade na explicação da re-

alidade. Em biologia é a compreensão de que o organismo vivo é um todo indecomponível.

Marxismo analítico: corrente teórica desenvolvida por cientistas sociais de inspiração marxista nos Estados Unidos e Inglaterra, que reinterpreta a obra de Marx à luz do individualismo metodológico e da concepção de ciência desenvolvida pela filosofia analítica. Seus principais expoentes são Jon Elster, John Roemer, G. A. Cohen, Eric Olin Wright, Adam Przeworski, Philippe van Parijs, Elliot Sober e Andrew Levine.

Paradigma: modelo ou padrão teórico para as ciências.

Positivismo: designa as doutrinas filosóficas do século XIX que valorizam o método empirista e quantitativo, defendem a experiência sensível como fonte de conhecimento e o modelo empírico formal das ciências naturais como paradigma de cientificidade.

Positivo: o que existe, é real, palpável, concreto, factual.

Teleologia: concepção orientada pela noção de finalidade, onde os acontecimentos são explicados em função dos objetivos finais visados.



Marx, sempre presente...

ENZO TRAVERSO

A obra de Marx é atravessada por um conflito íntimo entre a análise do capitalismo segundo um modelo científico positivo e a visão da história como produto da dinâmica conflituosa de uma totalidade de relações sociais.

Marx não concebe a história como uma progressão em linha ao longo de um eixo cronológico "homogêneo e vazio", nem como uma acumulação quantitativa de forças produtivas.

Daniel Bensaid mostra o caminho de uma volta a Marx. Uma volta esperada e previsível, porque todo esforço sério de apreender nossa época remete, cedo ou tarde, a Marx. Mas se trata, verdadeiramente, de uma "volta"? Bensaid nos convida muito mais a uma nova leitura de Marx, que critica e ultrapassa tanto os debates como as problemáticas do passado.

Uma leitura marxista de Marx, que é colocado a serviço de uma reflexão crítica sobre o mundo atual, no crepúsculo do século XX. É uma leitura nova porque o marxismo de Bensaid não é nem apologético, nem conservador. Seu objetivo não é o de restaurar o edifício em escombros de uma ideologia que desmoronou em 1989, com a queda do muro de Berlin e, em seguida, com o colapso da URSS, nem de reencontrar um Marx autêntico contra as deformações, incompreensões e falsificações de que ele vem sendo objeto há mais de um século. Ele faz uma reflexão sobre uma obra gigantesca cuja riqueza se alimenta também de seus contrastes e engendra uma pluralidade de interpretações, cuja herança é partilhada por uma multiplicidade de correntes, não mais um, mas vários marxismos.

Se seria falso reduzir o pensamento de Marx ao "materialismo histórico" de coloração positivista e evolucionista de Karl Kautsky e Plekanov, ou pior, aos dogmas clericais do "diamat" estalinista, seria também abusivo não ver estritamente nenhuma relação entre os dois. Da mesma forma, se a utopia de Ernest Bloch e o messianismo libertário de Walter Benjamin não estão diretamente colocados na obra de Marx, não é apenas graças a uma mistificação que eles se relacionam. Bensaid mostra de maneira convincente que as tentativas de assimilar Marx à Comte não colam, mas ele não tem nenhuma dificuldade de admitir que tanto Kautsky, com sua bagagem de darwinismo social e de ciência positiva, que Benjamin, com sua abordagem teológica, se inscrevem legitimamente no caminho aberto pelo autor de *O Capital*.

A obra de Marx é atravessada por um conflito íntimo, profundamente enraizado na cultura de sua época, entre a análise do capitalismo segundo um modelo científico positivo e a visão da história como produto da dinâmica conflituosa de uma totalidade de relações sociais. Bensaid capta este contraste como a "dupla tentação" de Marx, o que explica tanto a homenagem dedicada à Darwin no seu prefácio à primeira edição de *O Capital*, como seu diálogo constante com Hegel, na tradição disto que ele chamou, em *A ideologia alemã*, de "a ciência alemã". Se Engels nem sempre escapa das consequências desta "vontade de fazer ciência", particularmen-

te em alguns textos como o *Anti-Dühring* ou a *Dialética da natureza*, Marx conseguirá contê-la graças aos poderosos apoios que encontrou na dialética hegeliana.

Não há caminho obrigatório

Depois de um século de controvérsias ao redor do marxismo, Bensaid começa por captar o pensamento de Marx pela negativa, sublinhando inicialmente aquilo que ele não é. Ele não é uma filosofia da história no sentido clássico, uma construção da história universal no sentido hegeliano, nem uma concepção teleológica do socialismo como destino inelutável da sociedade de classe. Contra as interpretações tradicionais tanto do marxismo evolucionista (Kautsky) como de alguns de seus críticos mais famosos (Karl Popper), Bensaid mostra, citando a correspondência de Marx com Vera Zassoulitch e os populistas russos, que o autor de *O Capital* implicitamente sempre recusou uma "teoria histórico-filosófica geral" postulando um caminho obrigatório da humanidade da comunidade primitiva ao socialismo, passando por uma série de estágios intermediários incontornáveis (escravismo, feudalismo e capitalismo, com a variação do modo de produção asiático).

Nem *happy end* garantido, nem progresso inelutável: Marx não concebe a história, segundo um paradigma positivista, como uma progressão em linha direta ao longo de um eixo cronológico "homogêneo e vazio", nem como uma simples acumulação quantitativa de forças produtivas. Se ele vê o desenvolvimento destas, sobretudo nos *Grundrisse*, como uma condição necessária para a redução do tempo de trabalho e a libertação das potencialidades criativas do homem, isso não desemboca jamais numa concepção produtivista do socialismo como uma espécie de Moloch industrial.

Ele enfatiza as contradições íntimas do desenvolvimento técnico, o que torna possível, a partir de suas categorias, pensar a transformação, tão típica do século XX, das forças produtivas em forças de destruição. O progresso não é, a seus olhos, um processo de sentido único, mas um movimento contraditório que carrega em si, dialeticamente, sua negação. Progresso e regressão caminham juntos, envolvidos na dança infernal do universo mercantil. Páginas inteiras de *O Capital* são consagradas à análise da regressão social e da violação da natureza produzida pelo progresso técnico no quadro da acumulação capitalista.

Discordâncias

A partir desta "dupla tentação" de Marx, a célebre alternativa colocada por Rosa Luxemburgo no início da Primeira Guerra Mundial, *socialismo ou barbárie*, pode ser interpretada de duas maneiras: como uma alternativa entre progresso e recuo sobre o fio diacrônico da história, ou como uma verdadeira "bifurcação". Contra toda concepção teleológica, Bensaid pensa a história, a partir de Marx, como o domínio do incerto e do possível, como um desenvolvimento heterogêneo em seu ponto mais alto, feito de discordâncias e quebras do tempo, de crises, de guerras e de revoluções. Ele percebe assim em *O Capital* e nos *Grundrisse*, com suas análises de ciclos, de rotações e de crises do capital, "uma organização conceitual do tempo como relação social".

Dáí, Bensaid deriva uma visão da história como contexto, como encruzilhada aberta a múltiplas saídas. Nenhuma salvação está assegurada de antemão, mas nada torna inelutável a repetição eterna do "cortejo triunfante dos vencedores" evocado por Benjamin nas suas *Teses sobre o conceito de história*. A prefiguração do socialismo em Marx não toma nunca (ou quase nunca, Bensaid esquece algumas passagens embaraçosas a este respeito), a forma de uma prescrição normativa.

Para resumir numa frase esta teoria crítica da história como processo politicamente inteligível e estrategicamente pensável, Bensaid cita então Gramsci: "apenas podemos prever a luta". Esta é, diga-se de passagem, igualmente a perspectiva de Henri Maller na análise que empreende sobre o conceito de utopia em Marx em uma obra apaixonante, *Cobiçar o impossível. A utopia com Marx, apesar de Marx*.

(*Convoiter l'impossible. L'utopie avec Marx, malgré Marx.* Paris, Albin Michel, 1995). E Bensaid evoca também a rica posteridade desta intuição de discordância dos tempos: o desenvolvimento desigual e combinado de Parvus e Trotsky, a "não-contemporaneidade" de Ernest Bloch e, mais recentemente, as "alternâncias do progresso" de Robert Bonnaud (em les alternances du progrès. Paris, Kimé, 1992).

Classes e história

O pensamento de Marx não é também uma sociologia empírica das classes sociais. Seria inútil procurar, nas dezenas de volumes de seus escritos, uma definição rigorosa do conceito de classe comparável, mesmo de longe, aos tipos ideais de Max Weber ou às classificações de Emile Durkheim. Lenin, para quem as classes sociais se definem, abstratamente, em função de seu lugar no processo de produção, propôs uma conceitualização coerente com o sistema de Marx, mas todavia ausente de *O Capital*, cujo livro III se encerra justamente no início de um capítulo inacabado sobre "as classes". Marx distinguia, em duas pequenas páginas, três classes principais, determinadas pelo salário, pelo lucro e pela renda fundiária. Depois ele parava... O economista austríaco Joseph Schumpeter interrogou-se sobre o paradoxo de um pensador que não elaborou uma teoria sistemática sobre um assunto que estava no centro de sua reflexão.

Ver uma lacuna teórica neste capítulo inacabado significa, segundo Bensaid, não compreender o "anti-sociologismo" de Marx, para o qual as classes não existem enquanto categorias sociológicas abstratas, mas somente enquanto sujeitos históricos vivos. As classes não existem e não se definem senão em sua relação conflituosa com outras classes. É por isso que os escritos políticos de Marx se revelam bem mais ricos, deste ponto de vista, que as fórmulas abstratas de *O Capital*. É também a razão pela qual não é na sociologia ou na economia política mas principalmente na historiografia que o marxismo produziu suas análises mais profundas dos conflitos de classes. Para Edward Thompson, com quem Bensaid partilha a abordagem, as classes são antes de tudo um fenômeno histórico, isto é, nem uma "estrutura" nem uma "categoria", mas principalmente sujeitos que se formam em suas relações recíprocas. Elas não são "coisas", como os fatos sociais de Durkheim, mas relações sociais. Como afirma Thompson, "a classe se define pela maneira como os homens vivem sua própria história e esta é, em última instância, sua única definição" (*The Making of the English Working Class*. Penguin Books, 1984. pp. 8-10. Edição brasileira: *A formação da classe operária inglesa*, em 3 volumes, pela Paz e Terra).

Concepção de ciência

Enfim, a teoria de Marx não é uma ciência positiva da economia, porque sua anatomia do sistema capitalista está sempre inscrita em uma totalidade de relações sociais antagonicas, dinâmicas e movimentos, cuja historicidade ele sublinha constantemente. Não que ele esteja isento da tentação, extremamente forte em sua época, de elaborar uma teoria do capitalismo no modelo das ciências naturais. Sua referência, em *O Capital*, às "leis naturais" do desenvolvimento do modo de produção capitalista, mostra que sua obra é também marcada por uma dimensão cientificista e positivista. Entretanto, esta dimensão não impregna o conjunto de seu pensamento, ao contrário da caricatura evolucionista que lhe dará Kautsky. Da mesma forma, sua visão do capitalismo não corresponde ao mecanismo equilibrado que visualizará Bukharin, nem à estrutura sem sujeito teorizada por Althusser. No texto de Marx, as "leis naturais" do capitalismo tornam-se imediatamente "leis de tendência", isto é, como precisará Gramsci em seus *Cadernos do cárcere*, leis "não no sentido do determinismo ou do naturalismo especulativo, mas no sentido historicista. Eis uma aporia no edifício teórico de Marx que, longe de aparecer como um sistema fechado, torna-se um caminho aberto, que pode ser desenvolvido em diferentes direções.

É graças a esta constatação que Bensaid pode colocar em sua justa perspectiva a herança teórica de Marx em sua relação com a ecologia política. Não seria difícil, a partir

de um jogo estéril de citações mutiladas e retiradas de seu contexto, desenhar dois retratos radicalmente opostos do autor do *Manifesto Comunista*: de uma parte, aquele do produtivista encarnado, partidário do progresso imediatamente identificado com o domínio da natureza; de outra parte, aquele de um "verde *ante litteram*", precursor do fundamentalismo ecológico e adepto de um comunismo interpretado, nos *Manuscritos de 1844*, como uma forma de "naturalismo acabado". Estes dois retratos são completamente absurdos. Intelectual do século XIX, ele consagra algumas páginas envolventes à denúncia da industrialização como "violação da natureza" (a crítica de Engels será ainda mais vigorosa), mas se procurará em vão em sua obra uma análise sistemática da destruição do meio-ambiente engendrada pela civilização industrial. O que se pode encontrar é uma dimensão romântica, já estudada por Michael Löwy e Robert Sayre (em *Revolta e melancolia*. O romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis, Vozes, 1995). Pode-se pensar a ecologia com Marx, as vezes contra ele, mas não se pode dirigir caretas anacrônicas, nem lhe pedir respostas para problemas com os quais ele jamais foi confrontado.

Herança viva

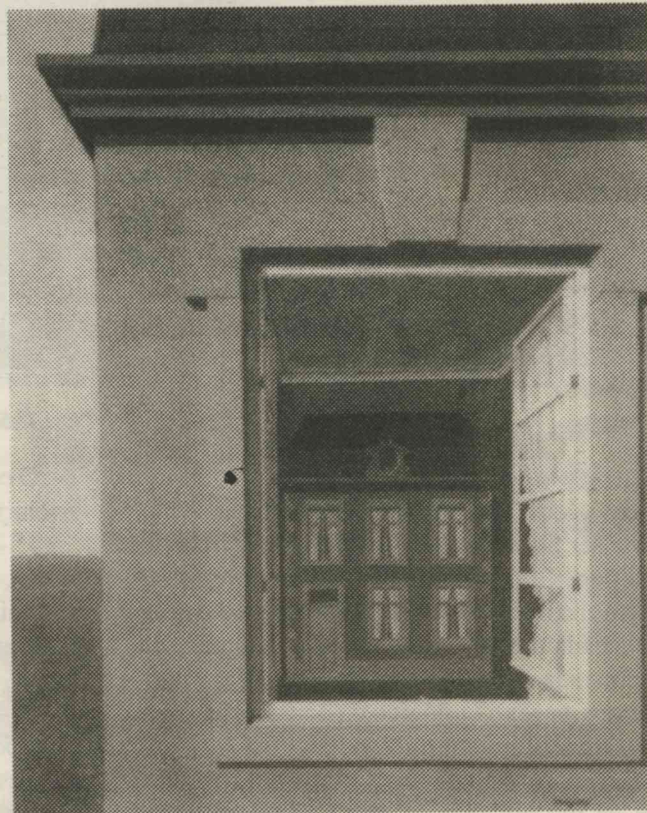
Os livros de Bensaid não são mais do que uma leitura de Marx. Eles intervêm sobre um século de controvérsias ao redor de sua obra. Bensaid não se deixa seduzir pelo marxismo analítico anglo-saxão, que quer subordinar o pensamento de Marx aos códigos respeitáveis de uma disciplina universitária, expurgada de toda sua dimensão subversiva e pronta a abandonar a análise dos conflitos de classes em nome do "individualismo metodológico". Ele critica, de passagem, a teoria da justiça de John Rawls, que ele percebe como "o complemento ético-jurídico coerente de um liberalismo social bem temperado", e a razão comunicativa de Habermas que lhe parece "a comunhão, de santos, na qual se extinguiria todo o conflito e onde o próprio diálogo terminará por se tornar supérfluo". O atalho não peca por falta de eficácia, mas não pode substituir uma crítica marxista radical da obra habermasiana, que permanece por ser feita. Em *A discordância dos tempos*, Bensaid retorna a leituras de Marx propostas por Gramsci, Benjamin e Bloch e mais recentemente por Toni Negri e Jacques Derrida.

A reflexão de Bensaid é sólida e penetrante, sua erudição suscita a admiração do leitor. Seu estilo é brilhante (o que é muito raro nos ensaios teóricos), frequentemente jubiloso, as vezes afiado, seus arroubos se produzem as vezes ao preço da clareza. Suas fórmulas não são sempre convincentes, por exemplo, quando ele escreve que Marx não tinha nenhuma dificuldade "de reconhecer a existência de conflitos não diretamente redutíveis à luta de classes". A reflexão de Marx (e de Engels) sobre a opressão colonial, nacional, sexual ou racial está apenas esboçada ou ausente, é ambígua ou muito discutível. Os autores do *Manifesto* mereceriam, sobre isso, uma crítica menos complacente.

Marx, o intempestivo e *A discordância dos tempos* colocam questões, suscitam perguntas, abrem pistas inexploradas. Não se poderá deixar de lado facilmente estes dois livros, que sacodem de forma salutar idéias recebidas tanto dos adeptos como dos adversários de Marx. A herança intelectual dele está, assim, bem viva, como Daniel Bensaid prova. □

Artigo originalmente publicado em *La Quinzaine littéraire* n° 680, 1º a 15 de novembro de 1995.

Para Marx, as classes não existem enquanto categorias sociológicas abstratas, mas somente como sujeitos históricos vivos. As classes não existem e não se definem senão em sua relação conflituosa com outras classes.



Os usos do gênero

O conceito de gênero procura explicar as relações entre mulheres e homens. Ele surgiu após muitos anos de luta feminista e de formulação de várias tentativas de explicações teóricas sobre a opressão das mulheres.

A idéia de que existe uma construção social do ser mulher já estava presente no feminismo. Mas, existiam dificuldades teóricas sobre a origem da opressão das mulheres, sobre como inserir a visão da opressão das mulheres no conjunto das relações sociais, sobre a relação entre essa e outras opressões, como, por exemplo, a relação entre opressão das mulheres e capitalismo. Não existia uma explicação que articulasse os vários planos em que se dá a opressão das mulheres (trabalho, família, sexualidade, poder, identidade) e, principalmente, uma explicação que apontasse com mais clareza os caminhos para a sua superação.

Nesse sentido, o conceito de gênero veio responder os vários desses impasses e permitir analisar tanto as relações de gênero, quanto a construção da identidade de gênero em cada pessoa. O conceito de gênero foi trabalhado inicialmente pela antropologia e psicanálise, situando a construção das relações de gênero na definição das identidades feminina e masculina, como base para a existência de papéis sociais distintos e hierárquicos (desiguais).

Conceito relacional

Este conceito coloca claramente o ser mulher e ser homem como uma construção social, a partir do que é estabelecido como feminino e masculino e os papéis sociais destinados a cada um. Por isso, gênero, uma palavra emprestada da gramática, foi escolhida para diferenciar sexo biológico da construção social do masculino e feminino.

Gênero é um conceito relacional, ou seja, que vê um em relação ao outro e considera que estas relações são de poder e de hierarquia dos homens sobre as mulheres.

Hoje em dia esse conceito é usado praticamente pelo conjunto do feminismo, o que proporcionou um salto coletivo na direção da discussão teórica. Ajudou a romper com as dicotomias antes colocadas: divisões entre específico-geral, público-privado, produção-reprodução, porque busca compreender como as relações de gênero estruturam as práticas sociais nas diversas esferas. Ele permite trabalhar generalizações e particularidades, porque podemos perceber o significado de gênero na sociedade como um todo, assim como na experiência individual ou de um grupo.



As contribuições do gênero

O conceito de gênero nos trouxe várias contribuições.

1º - Ao afirmar a construção social dos gêneros, coloca que a construção masculina e feminina não é um fato biológico, vindo da natureza, mas algo construído historicamente e que, portanto, pode ser modificado.

2º - As relações de gênero são hierárquicas e de poder dos homens sobre as mulheres.

Essas relações de poder são as primeiras vividas por todas as pessoas e é com elas que começamos a apreender o mundo. Ou seja, a relação das pessoas com o mundo se inicia a partir dessas relações de poder e se reproduz no conjunto da sociedade e das instituições. Sendo assim, modificar essas relações implica em uma nova correlação de forças, construída pela auto-organização das mulheres.

3º - As relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais e, portanto, não existe uma oposição entre questão das mulheres (que seria específica) e questão da sociedade (que seria geral).

Os mundos do trabalho, da política e da cultura também se organizam conforme a inserção de mulheres e homens, a partir de seus papéis

masculinos e femininos. Portanto, não existe uma luta geral e depois uma específica, mas em todas as situações que queremos modificar, temos que considerar a superação das desigualdades entre mulheres e homens.

4º - Gênero supera as antigas dicotomias entre produção e reprodução, público e privado e mostra como mulheres e homens estão ao mesmo tempo em todas essas esferas, só que a partir de seu papel masculino ou feminino. Por exemplo, os homens também vivem no espaço doméstico e aí a eles são destinadas tarefas que poderiam ser interpretadas como produtivas.

Condição global

5º - A análise das relações de gênero só é possível considerando a condição global das pessoas - classe, raça, idade, vida urbana ou rural, e o momento histórico em que se dá. Dessa forma, embora existam muitos elementos comuns na vivência e condição das mulheres, nem todas foram criadas para exercerem o mesmo papel, sem nenhuma diferenciação. Por exemplo, em nosso país uma branca rica é ensinada para exercer o seu papel feminino de uma maneira diferente de uma negra pobre, com relação a que tipo de esposa cada uma deve ser, as tarefas de mãe, o cuidado com o corpo e a aparência, as maneiras etc.

6º - O conceito de gênero possibilita ver o que há de comum entre as mulheres, porque mostra como mulheres e homens estão no conjunto da sociedade. Mostra também a forma como cada uma individualmente vive essa condição. Ao explicar a incorporação da identidade masculina e feminina, explica a diferença entre mulheres, porque no caso de duas irmãs, ensinadas igualzinho pela mãe, uma é meiga, a outra agressiva, uma aprendeu a gostar de cozinhar e a outra não.

É possível olhar na história de cada uma como essa identidade foi incorporada a partir da aquisição das características masculinas e femininas. Ninguém é 100% masculino ou feminino.

Características consideradas do outro gênero estão presentes em todas as pessoas. Só que são valorizadas de forma diferente, conforme o lugar em que cada um está. Por exemplo, nos espaços políticos, tradicionalmente masculinos, é comum as mulheres serem cobradas a deixarem um pouco de lado a sua feminilidade e demonstrarem características compatíveis com o modelo estabelecido do que é ser militante, forte e combativa, porque só assim os homens irão considerá-las como "fortes", sem "frescuras" (que é o que se espera na política, segundo a ideologia mais comum). □

Este texto é um extrato de um documento de discussão produzido pela **Sempreviva Organização Feminista**.